

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

25 DE JUNHO DE 2010

No dia 25 de Junho, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- ACTAS – Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 30 de Abril de 2010.
- 2- PÚBLICO – 1.º Período de Intervenção.
- 3- Período de Antes da Ordem do Dia.
- 4- Período da Ordem do Dia:
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
 - 4.2- Venda em Hasta Pública dos Prédios Propriedade da Câmara Municipal de Mirandela – Sítos no lugar Vale da Cerdeira – Loteamento IMOTUA.
 - 4.3- Proposta de Alteração das Tarifas dos Resíduos Sólidos e das Tarifas de Saneamento.
 - 4.4- Proposta de Alteração do Regulamento Tuabike.
- 5- Outros Assuntos de Interesse para o Município.
- 6- PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Rui Fernando Moreira Magalhães
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 60 presenças, pelo que o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 68 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Dinis Humberto Veiga, Adérito Joaquim Ferro Pires, Marisa Fátima Seixas Aranda, José Maria Faustino Cunha, José Domingos Carneiro, Maria João Costa Felgueiras Caseiro e José Teixeira Pinto.

Justificação de Faltas:

- Paulo Jorge Morais Pontes: sessão de 30 de Abril de 2010.
- Carlos José Fraga: sessão de 30 de Abril de 2010.

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, José Maria Lopes Silvano, e os vereadores, António José Pires Almor Branco, Maria Gentil Pontes Vaz, Maria da Graça Faria Calejo Pires, José Assunção Lopes Maçaira e João Maria Casado Figueiredo.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Estamos no Ponto 1

PONTO 1: ACTAS – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2010.

Pergunto aos senhores Deputados se há alguma questão. Não há? Então passamos já à votação.

A 2
Jury

Quem vota contra?
Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos a favor - 41
Abstenções - 1
Votos contra - 0

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a acta da sessão ordinária de 30 de Abril de 2010.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Em relação à correspondência recebida e enviada, para além da que consta da lista que vos foi distribuída, queria também registar algumas justificações de faltas de deputados municipais, as quais constarão no devido tempo na respectiva acta, e também alguma informação e alguma correspondência que foi trocada entre a Mesa e o deputado municipal Miguel Ângelo, em relação à qual ele solicitava informações e documentos que lhe foram enviados a tempo.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE 27 DE ABRIL A 14 DE JUNHO DE 2010

DATA	REMETENTE	ASSUNTO
03.05.2010	Paulo Pontes	Justificação de falta à sessão de 30/04/2010
03.05.2010	Instituto Piaget	Convite para Concerto
03.05.2010	Instituto Piaget	Convite para Concerto
06.05.2010	Jornal Terra Quente	Custos de Publicação
17.05.2010	Museu do Douro	Dia Internacional dos Museus
18.05.2010	Carlos Fraga	Justificação de falta à sessão de 30/04/2010
18.05.2010	ANMP	Reunião do Conselho Geral
19.05.2010	Grupo Parlamentar CDS/PP	Recomendação da AM sobre Educação
26.05.2010	Paróquia de São Bento	Procissão do SS.mo Corpo de Deus
26.05.2010	Município de Mogadouro	XXII Feira do Livro de Mogadouro
04.06.2010	Sport Clube de Mirandela	84º Aniversário

CORRESPONDÊNCIA ENVIADA DE 27 DE ABRIL A 14 DE JUNHO DE 2010

DATA	DESTINATÁRIO (S)	ASSUNTO
06.05.2010	Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares PSD, PS, CDS, PCP, VERDES e Bloco de Esquerda e Director da DREN	Envio de Recomendação sobre Educação apresentada pelo CDS/PP
06.05.2010	Jornal Terra Quente e Notícias de Mirandela	Publicação no JTQ e o NM da Moção apresentada pela CDU

NOTA: Foi também enviada correspondência vária para os membros da Assembleia Municipal, órgãos da comunicação social local e vereadores sobre a convocatória e documentação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 25 de Junho de 2010.

PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Há algum munícipe para usar da palavra? Não registamos. Passamos então ao Período de Antes da Ordem do Dia.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal:

Só recordar que, segundo o nosso Regimento, temos uma hora para o Período de Antes da Ordem do Dia e, portanto, tem sido regra informarmos os senhores Deputados de uma divisão equitativa, embora possa haver variações e até cedências de tempo como o Regimento prevê. Portanto, dava a palavra ao primeiro orador, o senhor deputado Fernando Pilão.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Muito bom-dia ao senhor Presidente da Assembleia, ao senhor Presidente da Câmara, aos membros do executivo e aos senhores deputados municipais.

Queria, antes de mais, entregar uma moção para depois ser lida e votada na altura devida e queria fazer algumas perguntas sobre questões que me foram colocadas relativamente a estes assuntos.



Parece que baixou a qualidade da água nas freguesias da Bouça, Vale de Telhas, Vale de Gouvinhas, Cabanelas e Abambres, devido à alteração que houve na captação que era feita na ponte de Vale de Telhas e que passou para Rebordelo. Era para saber se havia alguma informação quanto a este aspecto e se há alguma atitude a tomar por parte do executivo.

Relativamente ao Cachão, parece que há lá uma sirene que convinha desligar porque não faz lá falta nenhuma nem tem qualquer utilidade. É uma sirene muito antiga, com muito som e que toca invariavelmente quatro vezes por dia, às 08h, ao meio-dia, às 13h e às 17h. Supostamente seria há uns anos para chamar as pessoas para o trabalho mas como há lá pouco trabalho e também poucas pessoas, não será necessário este tipo de chamamento e as pessoas andam incomodadas com esta situação.

Ainda em relação ao Cachão, quero dizer que há obras de saneamento que estão demoradas. Claro que é uma obra que deve ser realizada e muito bem mas parece que os incómodos que causa já se prolongam há bastante tempo. Gostaria que me informassem sobre isso.

Estas eram as questões que tinha a colocar.

Depois, queria propor a esta Assembleia o seguinte:

A morte de José Saramago constitui uma perda irreparável para Portugal, para o povo português e para a cultura portuguesa.

A dimensão intelectual, artística, humana e cívica de José Saramago, fazem dele uma figura maior da nossa história.

A sua vasta, notável e singular obra literária - reconhecida com a atribuição em 1998 do prémio Nobel da Literatura - ficará como marca impressiva na História da Literatura Portuguesa, da qual ele é um dos nomes mais relevantes.

Construtor de Abril enquanto interveniente activo na resistência ao fascismo, ele deu continuidade a essa intervenção no período posterior ao Dia da Liberdade, como protagonista da profunda transformação política e cultural verificada no nosso país, com a construção de uma democracia, tendo como 1ª referência a defesa dos trabalhadores, do povo e do país.

Morreu o escritor. A sua vasta e singular obra literária deu à língua portuguesa e a todos os povos que a falam, um prémio Nobel, com tudo o que ele significou de reconhecimento internacional.

A sua obra e os seus principais dispositivos narrativos são marcas impressivas do seu compromisso ético e político para com os explorados e oprimidos.

Podia ter sido só um escritor maior da literatura portuguesa. Foi mais do que isso. Foi um homem que acreditou nos homens, mesmo quando os questionava, deu expressão concreta à afirmação de Bento de Jesus Caraça da aquisição da cultura como um factor de conquista da liberdade.

É por tudo isto que proponho a esta Assembleia Municipal um minuto de silêncio em sua homenagem.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Bom-dia. Começo por saudar a Mesa na pessoa do senhor Presidente da Mesa da Assembleia e seus Secretários, senhor Presidente da Câmara seja bem-vindo, bom-dia senhores Vereadores, senhores Deputados parlamentares e seus líderes, meus senhores, minhas senhoras, comunicação social.

A minha intervenção vai direccionada para um tema que nos é muito caro a todos e em especial a nós Partido Socialista porque estamos no Governo, que é a saúde.

Há algumas sessões parlamentares atrás eu disse nesta assembleia que há pilares que não se podem deixar descuidar. Tem que se estar sempre a trabalhar neles porque são os pilares da democracia, tais como a saúde, a educação, a segurança social e o trabalho e a justiça.

O grupo parlamentar do PS nesta Assembleia achou por bem fazer um trabalho de sapa no sentido de dar uma achega a todos vós para que possamos trabalhar no sentido de evoluir. E eu digo evoluir porque nada em política está acabado, tudo tem a ver com o que se põe, com o que se localiza e o aspecto em que as coisas estão. Nada é acabado em política porque a própria vida evolui.

Vou ler um trabalho feito por nós sobre aquilo que achamos da saúde na região.

É possível fazer melhor sem gastar muito mais dinheiro, seguindo uma linha de rumo clara que dê prioridade às pessoas. É, contudo, necessário que se operacionalizem formas de o fazer, ao invés de se divagar sob paradigmas que assombram o SNS e, em especial, o modo como se têm organizado.

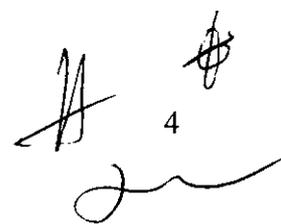
É dado objectivo a necessidade de se alterar e concertar políticas de índole geral e local de forma a flexibilizar a complexa estrutura organizacional burocrática instalada e assim garantir o designado princípio de igualdade de oportunidades entre utentes.

Quer através da opinião pública, quer da publicada, verifica-se que é de todo necessário encontrar fontes de financiamento para a Saúde em Portugal.

Constatada que está a necessidade de as (fontes) enquanto suprimir as carências e fragilidades, continuamos, até ao momento, impotentes (veja-se o Orçamento da Saúde), pelo que resta puxar pela imaginação, apostar em novos modelos de gestão, que possam com os recursos disponíveis almejar os princípios consagrados nos próprios estatutos do SNS.

Assim, porque não começar, por exemplo, pela melhoria da articulação entre os Centros de Saúde e os Hospitais, optimizando um modelo de gestão conjunta onde o doente se sinta integrado, com um circuito bem definido e os recursos melhor aproveitados.

Pese embora a aposta vá ao encontro de soluções como a empresarialização dos Hospitais, vulgo Hospitais EPE (s), Hospitais S.A. e de Parcerias Público Privadas (PPP), não é de desconsiderar um dos modelos que se pôs em prática no ano de 1999 com resultados, até análises em contrário, bastantes positivos. Estou a falar das Unidades Locais de Saúde. O que são as Unidades Locais de Saúde?



O que é uma ULS? Trata-se de um modelo de gestão hospitalar criado por Despacho Ministerial que integra o Hospital e os Centros de Saúde do mesmo Concelho. O exemplo provavelmente mais conhecido é o de Matosinhos, que integra o Hospital Pedro Hispano e mais quatro Centros de Saúde do mesmo Concelho.

Desde então, pese embora a performance apresentada, a aposta do modelo caiu um pouco no esquecimento, muito por culpa das escolhas referidas.

Não obstante e porque a aposta no modelo de empresarialização poderá não se estender a todas as regiões do país, fruto de condicionalismos de vária ordem, surgem rumores que algumas localidades poderão ser contempladas com o modelo de ULS.

Este modelo deverá contemplar as variadas realidades quer sociais, económicas e culturais da localidade e fruto de uma sinergia de esforço integrar os vários componentes.

Da mesma forma deverão ser supervisionados, fazendo uso dos instrumentos de gestão empresarial permitindo a demonstração, a quem de direito (Ministério da Saúde, ARS e porque não até as autarquias... numa visão verdadeiramente descentralizadora) dos resultados obtidos, conceito designado por accountability.

Sabemos que existem várias problemáticas adjacentes a esta implementação e que passam essencialmente pela equiparação de carreiras médicas (clínico hospitalar versus médico de família). Tal não deve impedir o desenvolvimento de um dos pilares mais importantes, diria mesmo estratégico, do circuito do doente, que são os Cuidados Primários.

Atente-se nas recomendações da própria OCDE que espelham a necessidade de se integrar os prestadores de cuidados de saúde para reduzir a ineficiência e a duplicação de actos. O conceito de ULS assenta aqui como uma luva.

Vejamos algumas vantagens deste modelo:

- Diminuição de falsas urgências hospitalares na medida em que os Centros de Saúde (Cuidados Primários) resolvem uma esmagadora maioria das ocorrências permitindo assim funcionar como um escape do próprio sistema.

- O circuito do doente no sistema, entre Hospital, Centro de Saúde ou outra Unidade de Saúde seleccionada encontra-se bastante melhor definido e mais facilmente monitorizável.

- A integração poderá ainda permitir uma melhor utilização da capacidade instalada, quer a nível de equipamentos quer a mobilização e gestão de recursos humanos.

- As parcerias/projectos que vão sendo encetadas com as Organizações não Governamentais podem ser generalizadas e capitalizadas.

- A presença de um membro do centro de Saúde no Conselho de Administração da ULS permitirá uma melhor articulação não só com o Centro de Saúde como também com as suas extensões.

As vantagens parecem ser óbvias mas, como qualquer modelo implementado ou a implementar, só serão efectivas se tiverem estudos que sustentem a sua mais valia.

Neste sentido, mais em jeito de alerta do que discórdância, chamo a atenção para os estudos efectuados no seio do NHS (Sistema de Saúde Britânico) sobre a sua experiência na implementação das Parcerias Público Privadas cujos resultados fizeram levantar um coro de protestos da mais variada ordem mesmo em publicações conceituadas como o *Bristish Medical Journal* (Jornal Médico Inglês).

Parece-me assim que, mesmo em alternativa, o modelo ULS parece enquadrar-se numa visão holística do sistema de saúde pelo que não deverá ser descurado.

Neste sentido e com esta posição se encontra o partido socialista e este grupo parlamentar nesta Câmara de Mirandela.

Deputado Municipal Carlos Silva (PSD):

Exmo. Sr. Presidente, Srs. Secretários; Exmo. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Deputados, Minhas senhoras e meus senhores, comunicação social. 'Bom dia a todos.

Estrada Nacional 315 – Assembleia Municipal 25-06-2010

Como Presidente da Freguesia de Cabanelas não poderia deixar de mostrar o meu descontentamento referente às obras que estão a decorrer na Estrada Nacional 315, pois como dizem as pessoas da Freguesia, e com razão, estamos a ser discriminados. Eu diria que possivelmente não estaremos a ser discriminados, mas sim excluídos.

As obras de beneficiação da Estrada Nacional 315 têm sido uma trapalhada, foram iniciadas em vários pontos do traçado e nenhum deles está concluído.

No projecto inicial a estrada tinha um perfil de 9 metros, garantindo assim a segurança dos automobilistas e peões, mas sabe-se agora que esse projecto foi alterado para um perfil de 7 metros, sem que a Câmara Municipal nem as Juntas de Freguesia fossem informadas.

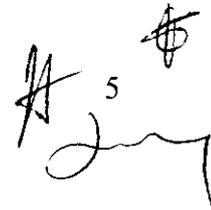
Esse projecto de 7 metros ninguém tem acesso a ele, deve estar guardado a sete chaves, ou então ainda não está concluído.

Passo a descrever o que se está a passar:

Alargaram o tabuleiro da Ponte da Formigosa, o qual deveria ficar com o mesmo aspecto do antigo, mas não ficou. Foram numeradas as pedras laterais em granito, pensando nós que iriam ser colocadas no novo tabuleiro pela mesma ordem. Mas essas pedras em granito desapareceram, dando lugar a uma grade em ferro, o que é de lamentar. Onde estão essas pedras laterais em granito do tabuleiro antigo?

Em Vale de Juncal foram feitos vários passeios, paragens de autocarros, muros, etc. No acesso a Abambres foi desfeito um grande morro para alargamento da estrada a fim de ser construído um separador central que oferece segurança aos automobilistas e peões. Acho bem!

Já em Valongo das Meadas e Cabanelas não era necessário desfazer morros para construir separadores centrais, portanto, não eram necessários tantos gastos, talvez nem um décimo dos gastos. Mas mesmo assim, até à data não foram construídos separadores centrais, nem passeios, nem paragens de autocarros. Não entendo porquê!



Já enviei vários ofícios para as Estradas de Portugal a reclamar para resolverem os problemas de segurança da Freguesia que represento, à semelhança do que fizeram noutras.

Da Delegação de Bragança e Vila Real das Estradas de Portugal não me respondem. Num dos ofícios enviados até já facultei o meu n.º de telemóvel para o responsável pela obra me contactar, mas até à data ainda não fui contactado.

Da sede das Estradas de Portugal, em Almada, respondem-me dizendo: "que o local não apresenta características vincadamente de atravessamento urbano". Não são eles que atravessam a estrada se não veriam o risco que comporta.

Agora pergunto eu, no que se baseiam para dizer que o local não tem atravessamento urbano, se existe um bairro da outra parte da estrada e casas ao longo da mesma numa extensão de cerca de 1Km, e na zona do cruzamento já se deram vários acidentes, tendo já falecido, por atropelamento, duas pessoas da aldeia.

Em Vale de Salgueiro também foi desfeito um grande morro, e estão a alargar bastante a estrada, penso que ali vai ser utilizado o perfil de 9 metros, portanto deve ficar bem. Já em Vale de Telhas muito ficou por fazer também, à semelhança de Cabanelas.

Porquê tantas diferenças, de Freguesia para Freguesia, no traçado desta estrada?

A estrada ao longo das Freguesias deveria ser tratada da mesma forma, e não como está a ser, numa maneira, noutra faz-se outra, dando mesmo a impressão que é a cor dos olhos que altera os procedimentos adoptados. Para umas freguesias tudo, para outras nada. Não é justo!

Quando a obra estiver concluída, se não for nada alterado na Freguesia de Cabanelas, é caso para solicitar ao responsável da Delegação das Estradas de Portugal, em Vila Real, que venha a esta Assembleia prestar esclarecimentos.

Disse.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Bom-dia a todos, bom-dia senhor Presidente, membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, meus Senhores e minhas Senhoras, órgãos de comunicação social.

Começaria por um conjunto de temas soltos e uma proposta que me foi dirigida pela Juventude Popular e que gostaria de vos dar conhecimento. Essa proposta visa a criação de um Conselho Municipal da Juventude em Mirandela. O formato e a proposta estão abertos a outros contributos e revisões e penso que poderia ser votado este formato ou pelo menos com uma ideia geral a adoptar e depois posteriormente ser trabalhado o formato institucional deste órgão.

Dadas as especificidades do concelho de Mirandela, que desde logo pela sua situação geográfica pode constituir um pólo de atracção para os jovens não só de Mirandela como de outros pontos do país, julgamos ser fundamental que a Câmara Municipal de Mirandela assuma uma posição de dinamismo e intervenção nesta área.

Porque os jovens têm direito a uma política que vá de encontro às suas reais necessidades, porque a sua natural apetência para o conhecimento deve ser estimulada, porque o seu processo de formação cultural e intelectual é demasiado importante para ser deixado ao acaso, devemos intervir junto da juventude, de uma forma energética, tentando descortinar as suas áreas de interesse, bem como as suas aspirações a nível de política cultural do município.

Por todos estes motivos, no nosso entender, a Câmara Municipal de Mirandela deveria apostar na criação de um conselho municipal da juventude, à semelhança do que já aconteceu com sucesso noutros municípios, assumindo uma política pensada e desenvolvida pelos e para os jovens.

Por tudo o que ficou exposto e na esteira da política seguida noutros municípios, como Loures, Barreiro, etc. e porque devemos sempre assimilar e aprender com as experiências de sucesso das outras autarquias, é urgente a criação do conselho municipal da juventude, adiante designado por conselho. Este passaria a funcionar na directa dependência do Presidente da Câmara Municipal de Mirandela ou do vereador com competências delegadas na área da juventude e estaria destinado a estabelecer um elo de ligação entre a camada jovem da população, as estruturas associativas da juventude e a autarquia, constituindo um órgão de consulta e informação, relativamente às questões ligadas à juventude.

Como tal e para que melhor se compreendam os objectivos e o modo de funcionamento deste conselho, avançamos desde já com uma proposta de normas de funcionamento do mesmo.

Um outro assunto que eu gostaria de aqui trazer, era relativamente à agenda municipal. Nós gostávamos de perguntar à Srª Vereadora da Cultura que também é directora da agenda municipal, quais os critérios que a redacção utiliza na selecção das notícias ou eventos a incluir nas secções de destaque ou sobre actividades culturais e educativas. Gostaríamos que nos explicasse a razão pela qual não foi incluído o seminário organizado pelo grupo do CDS/PP, que contou com o apoio da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, sobre a violência e convivência nas escolas e que como sabe resultou também numa moção política votada por unanimidade nesta Assembleia e enviada aos vários grupos parlamentares da Assembleia da República.

Já no anterior mandato tivemos também a situação relativamente a uma iniciativa única do nosso grupo (por altura do Natal) em que abdicámos das senhas de presença em benefício da Casa do Menino Jesus em Pereira, também não veio noticiado. Houve duas publicações por membros desta Assembleia, nomeadamente José António Ferreira e eu próprio, que tiveram o patrocínio da Câmara e da Assembleia Municipal e que também não foram noticiadas.

Gostávamos de saber quais são os critérios que a redacção utiliza na selecção das notícias ou eventos a publicar na agenda municipal.

Uma outra questão que foi levantada pelos senhores vereadores do PS durante uma das últimas reuniões de Câmara tem a ver com a passagem entre o parque de estacionamento em frente ao Gabinete de Apoio ao Município, junto do Café Cocheira. Eu li com atenção a acta dessa reunião e continuo a achar que não foi dada uma resposta célere a esse problema. Aliás, já desde o anterior mandato eu discuti esta questão com o senhor vereador Branco, discutiu-se um plano de mobilidade, as questões de acessibilidade de pessoas com deficiências motoras e ao fim de

todos estes anos de tantos estudos, ainda continuam pequenas questões a não ser resolvidas. Eu, hoje de manhã, ao vir para cá, passei na Rotunda do Emigrante e um pouco antes, do lado direito, há uma esplanada em frente ao Restaurante Adegas. Eu não tenho nada contra esplanadas, sou a favor de esplanadas e da iniciativa privada e desde que licenciadas não aponto qualquer problema. A questão é que me parece que deixaram pouco espaço de passeio que permita uma pessoa com pouca mobilidade passar. Portanto, essas questões devem ser vistas. Por vezes são questões muito pontuais e não é preciso estar à espera de estudos. É sair do gabinete, ver essas situações e corrigi-las.

Por último, gostaria de trazer também aqui um assunto que deve ter apanhado todos os Mirandelenses de surpresa que foi a questão da professora da Torre D. Chama.

O nosso grupo gostaria de questionar as recentes declarações que foram proferidas pela professora Gentil Vaz à comunicação social, em particular à TSF, relativamente ao desenrolar do caso da professora Bruna Real.

Aquilo que gostaríamos que nos respondesse muito sinteticamente é o seguinte:

Quais os argumentos que justificaram a transferência de funções da professora Bruna Real e qual o enquadramento jurídico que informou essa decisão e porque razão a vereadora em questão proferiu publicamente e à priori que a professora Bruna Real não seria contratada no próximo ano lectivo, quando por lei as AECS são por concurso público, estando previstas entrevistas realizadas por pessoal da Câmara e um sistema de classificação que deixa ou deveria deixar em aberto o resultado final do concurso, assegurando que os melhores sejam deveras os escolhidos?

Portanto, gostaríamos que nos esclarecesse relativamente a esta intervenção que a Sr.ª Vereadora teve junto da TSF, e eu passo a citar, isto foi a 14 de Maio, muito brevemente, a Sr.ª Professora diz o seguinte:

"Na sequência desse alarme social, não é provocado pelas notícias. Eu tomei a decisão de afastar a professora em causa do contacto com os alunos e a comunidade escolar, não podendo assim exercer a sua actividade lectiva este ano na Câmara Municipal de Mirandela."

Eu estou a citá-la porque isto vai um bocadinho contra a resposta que o Sr. Vereador Branco deu e que está registada, que não teve outra solução senão acolhê-la enquanto funcionário público, que tinha sido contratado pela Câmara Municipal. Mas na realidade, pela sua afirmação, aquilo que diz é que tomou a decisão de afastar a professora e não o contrário.

A intervenção depois continua e a Sr.ª Vereadora também diz o seguinte: como essas contratações – e este ponto é que de facto me parece mais grave – são feitas anualmente pela Câmara Municipal, eu informo já que no próximo ano lectivo, com certeza que a professora não será contratada.

Eu gostava que me respondesse, por um lado, quais os argumentos que justificaram a transferência de funções e qual o enquadramento jurídico que informou essa decisão e também que me dissesse porque proferiu e à priori que a professora Bruna não será contratada no próximo ano, quando de facto isto é um concurso e está tudo em aberto.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Muito bom-dia senhor Presidente da Mesa, senhores Secretários, distinto Executivo Municipal, senhores Vereadores em regime de não permanência, caríssimos amigos Deputados e senhoras Deputadas municipais e representantes da comunicação social.

Uma primeira palavra de apreço por ver presente aqui nesta Assembleia o senhor Presidente. Sei que tem tido problemas de saúde mas espero que futuramente as coisas lhe corram de melhor feição.

Quería começar por alertar dois assuntos que me parecem oportunos.

Um diz respeito à Rua da Cruz Amarela, ex-Rua dos Bombeiros Voluntários, aquela rua que dá para o edifício da segurança social, uma rua sem saída.

Fazendo eco da preocupação de cinco proprietários de vivendas, que são seriamente prejudicadas pelo estacionamento automóvel caótico que ali se regista, em concreto as residências n.ºs 13, 14, 15, 16 e 17.

Os proprietários dessas residências estão muito limitados no acesso automóvel, nomeadamente às suas garagens. Isto porque em frente a estas residências existe um desvio do passeio e os carros quando ali estão estacionados ficam no meio da via pública ou então estacionam em cima dos próprios passeios, o que dificulta o acesso dos peões e principalmente pessoas que têm limitações físicas para se deslocarem para a segurança social.

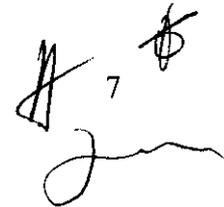
Eu penso que há que ponderar e estudar a melhor situação no sentido de colocar uma placa de estacionamento proibido, para resolvermos a situação, ou então procurem outra solução que seja plausível.

Quería aqui deixar também uma palavra de lamentação e até de mágoa, lamentar a ausência da esmagadora maioria dos senhores deputados e das senhoras deputadas municipais desta Câmara nas comemorações do Centenário da República em Mirandela, no passado dia 25 de Maio. As comemorações, em meu entender, foram oportunas e foram muito dignas e é pena que um facto histórico tão relevante e que alguns aqui nesta Câmara reivindicaram tão fortemente se tenham posto a leste, - perdoem-me a expressão - deste facto, mas cada um responderá pelas suas responsabilidades nesta situação.

Quanto à minha intervenção de fundo, como não pude comparecer à última Assembleia Municipal por razões de natureza de saúde e de natureza familiar, transporto para a presente Assembleia esta minha intervenção, cujo tema acho oportuno e sem perda de actualidade.

Como sabemos, Mirandela foi fustigada recentemente por dois factos negativos, com reflexos na comunicação social, tendo esta feito informação que nada dignifica Mirandela nem os Mirandelenses. Refiro a morte trágica do menino Leandro nas águas do rio Tua, que estou certo a todos nós consternou mas que me magoa pela razão de um representante da Associação de Pais e também professor da dita escola ter dito publicamente perante essa mesma comunicação social - que tantas vezes empola as situações e distorce os factos - que levar uns bofetões era coisa normal entre crianças da mesma escola. Mas uma coisa normal para quem? Sendo certo que a escola é para formar e educar, questiono a minha e a vossa mente...afinal que pessoas estamos a formar? Que pessoas queremos educar?

Mais me magoa ainda que o referido elemento que prestou essas declarações tenha sido eleito por unanimidade nesta última Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Educação.



Mas ironia do destino e eis que volta à ribalta na informação ou desinformação na comunicação social a palavra educação, numa outra escola, Torre de D. Chama, por uma atitude não dramática como a primeira mas real, que noutro contexto eu entenderia, mas não neste e porquê? Porque me parece que para crianças de 1.º Ciclo extravasou em tudo em que a meu ver seria normal.

E volto a questionar? Que pessoas queremos nós formar, a começar por mim próprio. Respondo a todos os presentes com a necessidade de instituir genuinamente o poder da educação que cabe a cada um de nós.

E para minha e vossa reflexão, eu pensei com os meus botões, algo que me inspirasse e que não me fizesse reflectir a mim e a todos os presentes.

Licurgo, um legislador grego do século IV Antes de Cristo, foi um dia convidado pelos seus contemporâneos e pediram-lhe que fizesse uma conferência sobre educação. Ele acedeu mas pediu seis meses para se preparar.

O facto causou estranheza aos que o convidaram e que o tinham por sábio e entendiam que devia estar sempre preparado. Como se tratava de um mestre não lhe fizeram a desfeita e acederam.

Passados os seis meses pedidos, apresentou-se no lugar combinado para dar a conferência e fez-se acompanhar pelos seus criados que transportavam quatro gaiolas, duas com uma lebre cada e outras duas com dois cães. Quando todos se dispunham a ouvi-lo, ele mandou a um dos criados que abrisse uma das gaiolas e soltasse a lebre. Feito isto, o animal quando se viu solto, correu com prontidão. A seguir, mandou que soltassem um dos cães. Como é óbvio, este logo correu atrás da lebre, apanhou-a e com os dentes matou-a.

Os assistentes ficaram horrorizados perante tão sangrento espectáculo, mas nada disseram e a cena continuou.

Licurgo mandou a outro criado que soltasse a outra lebre. O animal, como o primeiro, quando se viu solto correu à desfilada. A seguir mandou que fosse solto o segundo cão e nesse momento as pessoas nem queriam olhar pois temiam ver um espectáculo como o anterior. Mas não meus amigos, o cão correu para a lebre, alcançou-a e começou a brincar com ela. A lebre partilhou da brincadeira e assim continuaram perante o espanto de todos.

Então, o legislador grego começou a sua conferência dizendo:

Estas duas lebres são filhas do mesmo casal e os dois cães também são da mesma cria. A diferença, meus amigos, está no treino, ou seja, na educação a que foram submetidos a segunda lebre e o segundo cão. Foram treinados e educados para se darem bem e não para seguirem os seus instintos naturais.

É este o poder da educação que por sinal é uma palavra que vem do latim, embora a minha pronúncia não seja muito boa, mas que me parece do latim "educare" que quer dizer extrair de dentro.

Percebe-se assim que educar não é o mesmo que informar a qualquer preço mas sim trabalhar as potencialidades interiores do ser, a fim de que apareça o que é bom e belo, sobre o que é instintivamente menos bom ou mau.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Secretários, Exm.º Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Exm.º s Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, comunicação social, a todos muito bom dia.

Em nome da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas representada por mim, Agueiras, S. Pedro Velho, Fradizela, Bouça, Vale Telhas, Vale Salgueiro, Cabanelas e Abambres, irei apresentar uma moção a esta Assembleia Municipal.

Ela surge da auscultação à população, numa reunião efectuada no passado Domingo 19/06/2010, juntamente com a Comissão Política Concelhia do PSD, na sede da Junta de Freguesia de Cabanelas, que teve como principal ponto de ordem, debater a problemática das obras da Estrada Nacional 315.

MOÇÃO

A Estrada Nacional 315, que liga Mirandela e Rebordelo, é uma via estruturante do Distrito de Bragança. É nela que passa quase todo o trânsito que sai do IP4 com destino às freguesias dos signatários, bem como aos Concelhos vizinhos de Vinhais, Valpaços e à Vila da Torre D. Chama.

A obra de beneficiação da EN 315 que foi durante décadas acalentada e o anseio das populações locais, o que é perfeitamente entendível, pois trata-se da população que a utiliza com mais frequência e que ia assistindo de forma pacífica, mas atenta, à sua degradação dia após dia.

Esse anseio foi naturalmente chegando ao fim quando nos anos 2006, 2007 e seguintes se começou a ver no terreno os primeiros movimentos de projecção e simultaneamente ia chegando à população informação do que iriam ser as obras no terreno.

Constava-se, então, que seria uma reabilitação profunda com uma via de 9m de perfil, corte de diversas curvas, construção de faixas de desaceleração e aceleração nos cruzamentos, construção de passeios, espaços para paragem de autocarros devidamente protegidos fora da faixa de rodagem etc., etc., etc. O resultado dessa intervenção seria uma via de muita qualidade e sobretudo de muita segurança.

Finalmente, com o lançamento do concurso público para execução das obras de reabilitação em 2008 e com a posterior adjudicação a um consórcio de empresas, as tão ansiadas obras começavam a dar o seu sinal.

Até aqui tudo muito bem!

Depois "venha-se lá saber por que carga de água" a Direcção das Estradas de Portugal tomou **unilateralmente**, e é importante que se diga, **unilateralmente**, portanto, sem disso dar qualquer conhecimento quer à Câmara Municipal, quer às populações locais através das suas Juntas de Freguesia, a decisão de não proceder à correcção do traçado como inicialmente havia projectado.

Foi então que esta obra passou de excelência a mediocre, senão vejamos: dos desejados 9m de perfil passou para 6; a exclusão das faixas de desaceleração e aceleração nos cruzamentos; exclusão dos espaços de segurança para paragem de autocarros; exclusão de alguns passeios pedonais nas aldeias atravessadas; exclusão de faixa de segurança nas bermas, atendendo a que é uma estrada que serve nomeadamente o meio rural e para que as pessoas

pudessem, em segurança, através dela aceder a pé e deslocando os seus animais para as propriedades agrícolas, etc., etc., etc.

Estas decisões, é importante que se referira, contrariaram o caderno de encargos submetido a concurso, contrariando também, provavelmente, normativos legais, e propondo-se tão-somente com isto, em detrimento da qualidade e segurança, à poupança de uns míseros 3 ou 4 milhões de euros. Digo míseros, perdoem-me a expressão, porque não é assim tão pouco. Mas se falar de TGV, novo aeroporto, nova travessia ou outras obras da Capital, efectivamente constata-se que é muito pouco. Tem que ser dito em boa verdade, que isto não pode ser! Assiste-nos o direito à indignação e deveremos exercê-la.

Também assim, fica claro para todos, que as obras executadas na Estrada EN 315 duplicaram, pelo menos, a perigosidade já existente. Esse acréscimo de risco de acidentes irá ser pago com as vidas humanas daqueles que sempre a atravessaram, sempre a cruzaram, sempre com ela viveram, sempre a acalentaram e, essencialmente, sempre a pretenderam ver melhorada. Se esse melhoramento não fosse possível, (mas nós sabemos bem que é), pelo menos que não o tivessem agravado.

A injustiça feita através desta obra à população que sempre trabalhou e trabalha de forma abnegada para o engrandecimento deste concelho e do País é muito grande. Alguém deverá ser responsabilizado pela aberrância cometida.

Na falta de resposta das EP às pretensões apresentadas por algumas freguesias para construção de passeios nas aldeias atravessadas e sobretudo para maior segurança dos cruzamentos, leva-nos a trazer o assunto a esta Assembleia para que os grupos parlamentares possam votar esta moção que vai no sentido de obter das Estradas de Portugal respostas e medidas concretas conducentes a minimizar os graves erros cometidos na execução dos trabalhos, e, que ainda possam fazer desta via uma via mais segura que sirva os interesses da população.

Assim, apresentamos à tutela algumas questões que gostaríamos de ver respondidas:

1. Quais as razões que fundamentaram a mudança relativamente ao projecto inicialmente previsto?
2. Porque que razão não foi ainda disponibilizado, quer à Câmara Municipal, quer às Juntas de Freguesia, o projecto da obra? Será que existe?
3. Quais foram as mudanças entre o projecto inicial e a obra executada?
4. As Estradas de Portugal está ou não disponível para conjuntamente com a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia encontrar, ainda, alternativas para que a obra possa vir a ser uma estrada mais segura e que desta forma sirva as populações locais e a todos quer por ela passarem.

A presente Moção deverá ser enviada ao:

- Sr. Governador Civil do Distrito de Bragança;
- Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- Conselho de Administração das EP;
- Delegação Regional EP;
- Comunicação Social.

Deputado Municipal Vasco Aníbal Saldanha (PSD):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia e respectivos Senhores Secretários, Exm.º Senhor Presidente da Câmara e respectivas Senhoras e Senhores vereadores, Exm.º s Senhoras e senhores Deputados, Exm.º s Senhoras e Senhores, Comunicação Social.

Muito bom dia a todos.

Parece-me que eu tinha razão em relação à estrada 315, sempre defendi um novo traçado, para que esta não passasse pelo centro das aldeias, por causa da segurança, mas nós também nos contentamos com pouco e esta estrada para nós é importante.

Entendi hoje fazer uma reflexão sobre a nossa região atendendo à difícil situação económica em que ela se encontra.

O seu esquecimento ao longo dos anos, por parte do poder central, contribuiu para que a região esteja hoje a passar, infelizmente, por dificuldades várias nomeadamente a falta de emprego relativo à sua população.

A ausência de políticas foi sempre lamentada pela região mesmo depois do 25 de Abril, data a partir da qual o país teve algum desenvolvimento, mas muito aquém do que se esperava.

Apesar do trabalho realizado pelas autarquias e foi muito, não estamos totalmente isentos de culpa relativamente ao estado em que se encontra, pois nunca fomos capazes de colocar a região à frente dos interesses partidários. Esta regra, aliás, parece que infelizmente não se alterou.

Os governos, não apostando em políticas descentralizadas, contribuíram para tomar a região numa das regiões mais desfavorecidas da Europa.

Também este governo, em que muitos acreditavam, vocacionou a sua política para o centralismo contribuindo desta forma para acentuar a desertificação do interior revoltando as populações e despojando-as do pouco conforto com que ainda iam vivendo. Estou a lembrar-me, por exemplo, do encerramento de vários serviços vitais às suas vidas, defraudando desta forma a grande maioria dos Portugueses nomeadamente os da nossa região.

Entendo que a política governamental tem que mudar muito, inclusivé a nossa mentalidade que está focada excessivamente em nós próprios.

Como se calcula, esta postura não ajuda ao desenvolvimento e a falar a uma só voz.

Temos necessidade de criar emprego para termos gente a habitar e desenvolver a região.

É pois preciso debater a região de forma que a regionalização e a criação da região de TMAD sejam uma realidade acabando assim com as Comunidades urbanas e Inter municipais que só a dividem.

Sou de opinião que a nossa Câmara deve quanto antes organizar um fórum convidando todas as câmaras, freguesias, assembleias municipais e outros agentes da região para o debate sobre os caminhos que pretendemos seguir enquanto região, porque deixar de estar dependente de Lisboa para estar dependente do Porto, é exactamente a mesma coisa.

Entendo que o debate é urgente pois cada dia que passa é menos uns quantos naturais que saem da região à procura de uma vida melhor.

Esta situação de calamidade em que nos encontramos não pode continuar para bem dos que vivem na região e se sentem responsáveis pelo seu presente e pelo seu futuro numa panorâmica e perspectiva do que em termos económicos e sociais se pode realizar em TMAD.

Entendo como decisivas as seguintes considerações:

- Avaliar e ordenar as estruturas da região e localização de diversos tipos de infra-estruturas e equipamento com base em estudos feitos e planos de desenvolvimento identificando com clareza os estrangulamentos que se opõem e atrasam a concretização de soluções que respondam adequadamente às necessidades das populações.

- Promover iniciativas de investimento sustentadas, uma ampla informação e debate sobre o estado da região e nas suas estratégias de intervenção nos sectores essenciais da sua actividade económica e social envolvendo os diversos agentes sobretudo os mais empreendedores da região ou os que venham de fora dela.

- Promover debates participados de reflexão das populações de TMAD e das suas organizações empresariais e institucionais sobre os caminhos do futuro de forma a chegar a resultados que visem o desenvolvimento de todos os concelhos da região.

- Promover uma série de projectos e oportunidades empresariais designadamente nos sectores dos produtos alimentares/gastronómicos, agro-industriais, vinho, florestas, granito, azeite, recursos dos solos (termalismo), energias renováveis e turismo (a este propósito deve ser criada uma só região de turismo na região de TMAD) assim como uma agricultura mais modernizada.

- Compilar os planos estratégicos sectoriais para a região a vários níveis com a construção em Mirandela junto à futura auto-estrada Transmontana de um grande hospital central. Construir novas vias de comunicações rodoviárias melhorando outras e prolongando a linha ferroviária até Puebla de Sanábria de forma a reduzir as assimetrias regionais procurando desta forma estar mais próximos das populações e dos grandes centros nacionais e internacionais.

Penso que, com a conclusão desta perspectiva, a região seria muito mais desenvolvida, dando assim aos seus eleitos o poder de avaliar, decidir com mais celeridade e reclamar junto do governo as necessidades da região combatendo desta forma o isolamento a que temos sido votados e contribuindo para a coesão nacional.

Sei bem, que oficialmente a regionalização ainda não está em discussão, pode discutir-se qual será o momento certo para a sua discussão mas as mutações que se dão hoje tão rápidas quer no país quer na Europa obrigam-nos a estar atentos e a debatê-la com os agentes da nossa região. Penso que só temos a ganhar com isso.

E quanto antes o fizermos melhor pois as populações não podem continuar a sentir na pele os malefícios de uma vida inteira. O futuro tem que ser olhado de frente e com a decisão que a situação pede porque, como sabemos, o nosso caminho está a ser difícil de trilhar. Vamos todos falar a uma só voz, para o nosso concelho e para a região de TMAD.

Os hospitais nunca são de mais.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tínhamos um pedido de inscrição do Partido Socialista. O que ocorre sobre o ponto de vista regimental é que estão atingidos os 60 minutos. Se houvesse uma inscrição e fosse breve, a mesa abria uma excepção e a comunicação era feita antes de dar a palavra ao senhor Presidente.

Se são intervenções a Mesa tem que pedir autorização sob o ponto de vista regimental à Assembleia e, portanto, estamos condicionados pela decisão soberana da Assembleia.

No que é que ficamos senhor Deputado?

Então faz favor de usar da palavra senhor Deputado Baltazar e a seguir o senhor Deputado Ricardo.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente da Assembleia, Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, respectivos vereadores, senhoras deputadas, senhores deputados, munícipes aqui presentes, bom-dia a todos.

Depois deste pequeno problema e eu espero que o senhor Presidente entenda, eu entendo que ele é real e verdadeiro, mas eu também o sou.

Ontem, pela comunicação social, nomeadamente pelos noticiários, o senhor Presidente da República mandou uma mensagem a todo o país, com a qual eu estou extremamente de acordo. Creio que todos nós estamos extremamente de acordo e na qual todos devemos pensar.

A mensagem era esta: "as políticas públicas deverão ser avaliadas pelo seu efeito na competitividade externa das empresas." Não sei se ouviram, mas eu ouvi repetida em vários noticiários e volto a referi-la, que é a política pública deverá ser avaliada pelo seu efeito na competitividade externa das empresas.

Porque é que eu trago esta mensagem à colação? Trago-a porque se o todo é igual à soma das partes também nós, em termos de concelho de Mirandela, nos devemos interrogar que política autárquica existe para apoiar a actividade económica.

E se olharmos para trás, verificamos quer a nível orçamental, quer a nível de iniciativas, que ficamos muito, muito reduzidos. Direi que o apoio às actividades económicas são inferiores, se calhar ao desporto, se calhar à cultura, que nos orçamentos do Estado costumam ser os parentes pobres. Quando refiro isto gostava de exemplificar, quando a Auto Europa vem, vem porque tem benefícios fiscais, porque lhes fazem acessibilidades, vem porque lhe põem excelentes condições de comunicação e isto é feito porque contribui para a balança de pagamentos de Portugal.

Este tipo de coisas...diz assim, mas o que nós temos a ver com isso, temos que ver porque a nível de concelho também deve ser feita a mesma coisa, não obviamente na mesma dimensão mas na dimensão proporcional ao concelho. Eu chamava a atenção da Mesa pela forma como está a conduzir os trabalhos, mas parece-me que é uma questão de política e devo trazê-la à colação neste momento, que é um momento de políticas.

E de que é que eu falo? Falo da comunicação e da velocidade que a zona industrial tem que são 10 megas para trabalhar quando para brincar qualquer Mirandense (para o seu lazer e é tão nobre quanto outra situação) tem acesso a 30 megas.

Eu direi que esta situação é quase por uma birra que eu não entendo, que é por uma falta de visão estratégica que eu não entendo, que é por (não queria adjectivar mais porque senão ia por aí fora) birra do vereador António Branco.

E volto a repeti-lo sob pena de maçar a Assembleia Municipal.

Há um ano atrás solicitei ao vereador António Branco (não qualquer apoio financeiro para a zona industrial) uma coisa muito simples: que fizesse uma carta de lobby e o lobby deve ser feita à PT, a dizer que a Câmara Municipal via com todo o interesse que a fibra óptica (para que nós olhamos a 20 metros, passa ali na rotunda) fosse estendida à zona industrial. E convenci-me que isto era tão elementar e tão simples, que não valeria a pena fazer qualquer outra diligência.

Passaram-se os meses, (uma vez estou cá, outras pelo caminho) e dei-me conta que nada tinha sido feito e algum tempo passado voltei a falar nesta questão e disse-me sempre que sim. Mais tarde falou-me que isso poderia trazer alguns problemas em relação à banda larga privada, da qual eu penso que esta Câmara deveria ter conhecimento do balanço que é feito do investimento de 7.7 milhões de Euros, para o que é que serve? E eu queria dizer que essa banda larga, na altura em que fomos chamados a votar o financiamento pelos diferentes concelhos, dizia-se "prevê a articulação de projectos de planeamento intermunicipal para a cultura, lazer e telemedicina, assim como a integração informática das várias unidades da Santa Casa da Misericórdia, a telegestão das várias redes da videovigilância urbana, florestal etc.

Eu penso que isto foi um disparate e que eu cometi também, porque votei favoravelmente. Ultimamente ouvi dizer que a banda larga iria servir para ver se os caixotes do lixo estavam cheios. Confesso que 7.7 milhões de Euros para ver se os caixotes do lixo estão cheios é positivamente um exagero. Daí que eu colocava a seguinte questão: duma vez por todas e agora que está presente o vereador António Branco, já que na última Assembleia Municipal, eu leio o que está na acta "sobre a banda larga, essa tenho que responder por escrito, para já não está o Eng.º Branco e eu também não quero saber o que ele disse ou não", isto diz-nos o Sr. Presidente.

Eu não recebi nada por escrito, não sei se algum membro da Assembleia o recebeu e, portanto, esta é a minha questão. Isto tem a ver com a competitividade externa em relação ao concelho das empresas da zona industrial, isto não tem qualquer investimento, a menos que diga, eu não gosto da zona industrial, ponto, nem um tostão, nem uma carta, nem 30 cêntimos para o selo, não quero saber disso. Por outro lado também, que nos faça um balanço de quais foram as vantagens, para além de poder abrir a boca e dizer que tem uma banda larga e que não serve para rigorosamente coisa nenhuma, qual é o balanço dos 7.7 milhões de euros.

Presidente da Assembleia Municipal

Antes de dar a palavra ao Deputado Ricardo Pinto, eu perguntava ao senhor Deputado José Baltazar Aguiar se quando referiu o modo como a Mesa conduz os trabalhos se era sobre a matéria de conteúdo.

Ó Sr. Deputado, nós estamos fartos de dizer aqui que a Mesa não pode ser ditatorial. A Mesa cumpre e obedece ao Regimento. Essa é a função de uma mesa em qualquer circunstância. Cumpre aos senhores Deputados saber também respeitar o conteúdo de cada ponto que está em debate. Mas aí é uma questão de consciência e de formação e de cultura mas a mesa está atenta e cumpre. Não pode ser apontada a dedo sobre essa matéria e portanto eu não aceito esse tipo de advertência em nome da Mesa, claro, que o Sr. Deputado acaba de fazer.

Deputado Municipal Ricardo Pinto (PS):

Bom-dia senhor Presidente da Mesa, senhores Secretários, Exm.º senhor Presidente da Câmara, vereadores, senhores Deputados.

A minha intervenção vai de facto ser muito breve e é no sentido de reforçar aquilo que foi aqui dito pelo Deputado Luís Sousa sobre a proposta entregue pela Juventude Popular. Isto porque esta medida era também uma das propostas que constava no manifesto autárquico da Juventude Socialista e que esteve durante a campanha eleitoral num outdoor na Av. das Amoreiras e é algo que nós também defendemos e que achamos de suma importância, principalmente depois daquilo a que assistimos aqui na última assembleia municipal.

É evidente que este executivo reconhece a importância destes fóruns de discussão. Foram aqui aprovadas as constituições de duas comissões municipais e foi para mim com estranheza que verifiquei a não existência ainda deste Conselho Municipal de Juventude. Pude ver que no Conselho Municipal de Educação foram aqui aprovados 18 nomes para a sua constituição, onde só um deles era um jovem.

A criação das Comissões Municipais de Juventude prevê uma representação nas Comissões Municipais de Educação, faz todo o sentido, porque a educação diz mais respeito aos jovens do que a outro tipo de pessoas.

11
Jun

Depois, também assistimos aqui a muitas declarações de regozijo por termos aqui os jovens das escolas de Mirandela, da defesa dos direitos e deveres de cidadania e esta é para mim talvez a resposta mais efectiva que em termos práticos o Município de Mirandela pode dar a esta questão.

Eu acho que em Mirandela somos um bocado privilegiados neste sentido. De facto os jovens estão afastados da vida política e social mas em Mirandela somos privilegiados porque temos tido uma juventude que sempre demonstrou algum interesse nestas matérias.

Temos vários exemplos e recorde que nos últimos oito anos as mesas da Confraria de N.ª Sr.ª do Amparo têm sido preenchidas essencialmente por jovens e têm-no feito de forma meritória. A própria ACIM, o seu presidente era muito jovem e penso que isto, mais do que tudo, é o reforço que o executivo pode dar, da confiança que pode ter nos jovens de Mirandela.

Esta medida reforça também esta representação jovem na actividade do município e parece-nos de todo importante e relevante que isto possa acontecer em Mirandela. Ela consubstancia não só o meio que reforça a participação dos jovens mas também compromete o poder local com as políticas de juventude e isso parece-me de todo importante.

Recordo-me que na primeira reunião, em conversa informal com o líder da minha bancada ele me questionava justamente a cerca destas coisas, o que os jovens de Mirandela pensam sobre Mirandela, que visão estratégica é que eles têm para Mirandela, que cidade é que eles projectam no futuro e se isto tudo é congruente com aquilo que o poder local instituído pensa também.

É importante que a Câmara Municipal de Mirandela comece a auscultar mais os jovens porque esses têm dado provas de valor e de competência.

Um último reparo para o documento que foi entregue à mesa para regras de funcionamento, eu desconheço esse documento. Queria no entanto dizer que a Lei nº 8/2009 que aprova a criação destes fóruns alargados de discussão, estabelece também a sua composição, competências, bem como as suas regras de funcionamento.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Eu não entendo o que vamos votar aqui relativamente ao Conselho Municipal de Juventude.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo, porque é a propósito. Não vamos votar porque o autor entendeu que era uma recomendação e já está feito o despacho para o executivo. Está esclarecido.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado senhor Presidente, muito obrigado senhores Deputados que acabaram por fazer as suas intervenções, saúdo o público presente também, a comunicação social, os meus colegas de mesa e todos os senhores Deputados.

Começava por agradecer, sensibilizado também, as referências e a maneira como o disseram do estado da minha saúde. Agradeço essa preocupação mas também vos posso garantir que o médico me disse que pelo menos nos próximos 40 anos tenho que cá estar.

Em relação às questões colocadas pelo Deputado Fernando Pilão sobre a qualidade da água das freguesias de Vale de Telhas, eu quero ser muito directo para lhe dizer que, se havia controle de qualidade quando elas eram dos serviços municipalizados através da estação de Vale de Telhas que era antiga, pode crer que há muito mais controle de qualidade agora pelas Águas de Trás-os-Montes com esta captação da estação de tratamento donde ela vem.

Sobre padrões de qualidade, nem sequer vale a pena discutir, agora há mais. O que se passa é que impera algum corporativismo a esse nível e o que mudou foi o paladar da água mas garanto-lhe que a qualidade agora é maior porque o controle das Águas de Trás-os-Montes, como entidade reguladora, é muito maior do que o dos Serviços Municipalizados de Mirandela.

Em relação à sirene do Cachão, vou ver o que se passa e mandá-la calar.

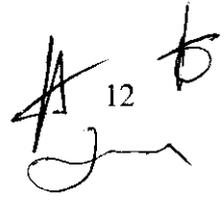
Quanto ao saneamento, devo dizer que aquela obra custou mais de um milhão de euros. Tem um prazo para cumprir e aquele empreiteiro até está a cumprir os respectivos prazos e a população tem de ter alguma paciência.

Em relação à deputada Alzira que colocou uma questão sobre saúde, eu não tenho que me pronunciar aqui. Deu a opinião dela sobre esta matéria e a opinião de outros que reflectiram sobre ela. Aliás, já ouvi mais ou menos essa proposta outro dia numa referência rápida duma intervenção da Presidente da Concelhia do PS de Mirandela, nessa perspectiva.

Eu discordo dela em várias situações, mas não é para discutirmos aqui, mas aproveito essa intervenção para dizer: para resolverem o problema do Hospital Distrital de Mirandela e da luta que eventualmente neste momento teremos todos que travar em conjunto e num futuro próximo, bastava que o Governo cumprisse aquilo que protocolou em 13/04/2007 com a Câmara de Mirandela e com a Administração Regional de Saúde do Norte, que apenas leio os dois parágrafos: "A Unidade Hospitalar de Mirandela manterá o estatuto de urgência médico-cirúrgica, atendendo às excepcionais dificuldades nas acessibilidades à região".

Que eu saiba ainda as acessibilidades não se modificaram, antes pelo contrário. Piorou com as obras do IP4 e agora demora-se mais tempo a circular nessa via. Para ser considerada urgência médico-cirúrgica o hospital tem que ter medicina interna, cirurgia geral, ortopedia, anestesiologia, cardiologia, neurologia, oftalmologia, urologia, unidade de cuidados intensivos polivalente, bloco operatório, imunoterapia e diálise para situações agudas e patologia clínica.

Bastava cumprir esta determinação e este protocolo que penso que foi assinado de boa fé pelo Ministério da Saúde e não precisávamos de estar a pensar em soluções complementares para ter melhor saúde. Agora, tudo o que seja para diminuir, não estou de acordo e mais tarde ou mais cedo vamos ter de discutir de novo a questão.



Em relação à questão do Carlos Silva, da Estrada Nacional 315, eu já sabia a preocupação, mas tenho que dizer perante toda a assembleia aquilo que se passou, em termos simples e não quero discutir os problemas porque acho que quando um Presidente da Junta ou quando a população discute que lhes faltam as coisas e que não estão iguais às dos outros, tem toda a razão e deve discuti-la até ao fim e deve reivindicar e fazer tudo aquilo que achar necessário.

Eu sou obrigado a dizer aqui porque isto aconteceu, não daquele caso em particular, mas de toda a estrada, conforme a moção que apresentou o Rui Sá.

O projecto inicial, aquele que tinham conhecimento as entidades todas, era entre Mirandela e a Bouça e o projecto actual é entre Mirandela e Rebordelo, com uma redução de três milhões de Euros do projecto inicial. Isto é, sem ovos não se fazem omeletes. Dai que a solução seja reduzir a dimensão das estradas e de outras infraestruturas.

As entidades locais têm todo o direito de reivindicar porque o único projecto que conhecem é este. O outro não foi apresentado a ninguém e nem sequer à empresa e, por isso, acho muito bem que se manifestem sobre essa situação e sobre essa matéria.

Em relação ao Deputado Luís Sousa, em termos de constituição do Conselho Nacional da Juventude, já saíram as normas legais e a Câmara Municipal instalará esse conselho quando entender e quando for oportuno.

Em relação à Agenda Municipal, ela tem critérios que são muito simples.

Primeiro, a Agenda Municipal tem lá os eventos que a Câmara Municipal faz porque manda até ao dia 20 para o seu responsável os artigos e os textos que pretende publicar. Quando são entidades externas que querem que saia na agenda alguma coisa, têm que fazer chegar esse texto e essa vontade que seja publicada, porque se uns querem, outros podem não querer. Portanto, quando fizerem chegar até dia 20 esses textos e essa vontade, sairão na agenda municipal se lá couberem, ou então aí sim peçam responsabilidades porque é que não sai. Enquanto não mandarem até dia 20 para o respectivo responsável é difícil saber se as entidades querem ou não querem a sua publicação.

Quanto à passagem em frente à Cocheira, está a ser estudada uma alternativa e penso que dentro de pouco tempo irá ter uma solução que resolverá o problema. Dir-me-ão que demorou muito tempo mas nós temos condicionamentos necessários e não-de continuar no futuro a haver estrangulamentos em Mirandela, mesmo noutros sítios, porque felizmente é uma cidade que cresce e não uma cidade que cada vez se desertifica mais e precisa de orientações de trânsito e de um plano que preveja esse crescimento.

Em relação à questão do licenciamento da esplanada Adega, dizer-lhe que os técnicos vistoriaram-na e licenciaram-na. Eu espero e vou ver se está licenciada e se cumpre as normas legais do passeio, tal como o exige a lei.

Em relação ao caso da Bruna Real, levantado já por alguns dos membros desta Assembleia Municipal e que pode ser levantado por todos os que quiserem, a resposta do executivo do PSD, é esta:

Pensem o que quiserem, têm todo o direito de pensar, como nós temos todo o direito de ter uma posição que já tomámos e que eu transmito aqui. É sobre esta matéria o executivo do PSD não fala mais, primeiro ponto.

O que está já foi demais para aquilo que se passou e a confusão já foi demais para aquilo que se passou. Nós somos responsáveis pelos nossos actos e lá não-de julgar na altura própria a questão que aí põe. Sobre isso não vamos responder nem nesta assembleia nem em qualquer outro sítio publicamente sobre esta matéria.

Assumimos todas as responsabilidades sobre isto, eu Presidente da Câmara assumo-as, mas não discuto mais isto. Jornalismo já me chegou. Se há membros da Assembleia que querem ser jornalistas, que continuem a sê-lo, eu não respondo a mais nada disto, o empolamento já chegou. Há uma coisa que é sensível e eu a isso respondo, que é a questão do concurso ou não e da infelicidade ou não dessa situação.

Os concursos que a Câmara vai fazer para essa matéria vão decorrer entre os meses de Julho e finais de Agosto. Todos os membros desta Assembleia podem acompanhar, se tiverem alguma situação que considerem injusta nesta ou noutras matérias, podem denunciá-la publicamente, podem chegar aqui, e aí sim, pedir responsabilidades a quem faz esses concursos. Eu espero que nessa altura não haja nenhum reparo a fazer.

Esta é a posição e não quero falar mais sobre isso, porque cada um que fale sobre isto tem convicções próprias que eu não quero estar aqui a discutir.

Em relação ao Carlos Fraga e à rua da Cruz Amarela, dizer-lhe que tem razão, que é um caos o estacionamento. É a própria Segurança Social que está a equacionar conjuntamente com a Câmara a ver hipóteses de mudança daqueles serviços para outro sítio e está a tentar arranjar um sítio capaz de ter essa capacidade e estar bem localizado e já tem algumas propostas. Isso ajudaria de sobremaneira a resolver metade do problema porque o estacionamento é mais por causa dos serviços ali existentes, mas isso não impede que para os próprios moradores seja feito ali algum estudo. Acho que está a ser feito agora pela Câmara o plano geral da mobilidade e vamos esperar que ajude a resolver também um bocado aquele acesso.

Não tenho que comentar os outros juízos de valor e na sua grande parte é uma opinião que é a sua e que eu respeito e sobre isto não tenho que comentar.

Em relação ao Deputado Eng.º Baltazar, dizer-lhe que ainda bem, está aqui o Eng.º Branco hoje, pode-lhe responder e eu com autorização do senhor Presidente da Assembleia também vou nesta matéria dar a palavra ao Eng.º Branco para responder mas só dizer-lhe uma coisa.

Sobre a questão da banda larga, sendo a banda larga de 5 municípios e gerida pela Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, na próxima assembleia o senhor Director-Geral da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana estará aqui para explicar o que é esse projecto. Sei que decorre um processo de negociação com outras entidades, nomeadamente a PT, para a exploração e ele pode facilmente explicar isto.

Sobre a questão específica que levantou da Zona Industrial, o Eng.º Branco vai já dar a resposta porque era a última que foi levantada e eu passava a palavra ao Eng.º Branco.

Vice-Presidente da Câmara Municipal:

Muito-bom dia a todos.

Começava por saudar a Mesa da Assembleia, o senhor Presidente, os meus colegas vereadores, os senhores Deputados e o público.

Começo por agradecer ao Eng.º Baltazar porque eu já andava a ficar confuso. Esta era eventualmente a terceira Assembleia em que o assunto era abordado e nas duas últimas coincidiu, não sei porquê, com o facto de eu estar Antes da Ordem do Dia e o assunto ser abordado em Outros Assuntos quando eu saí da parte de tarde. Agradeço porque não tinha conhecimento de que haveria a necessidade de uma resposta por escrito, senão certamente a teria feito. Não tive oportunidade de ler a acta e por isso penalizo-me, mas como não tive conhecimento tal não aconteceu. Achei estranho que das duas vezes que o assunto foi abordado em público eu não estivesse cá porque teria todo o prazer em lhe responder, como lhe vou responder.

Começou logo na sua intervenção por dizer claramente que o que está em causa ou o que disse o Presidente da República ontem é a aplicação de uma política pública para fomentar políticas privadas e então começamos logo por aí na sua grande confusão.

A Câmara Municipal, a Associação de Municípios ou seja qualquer outra entidade pública, não usa do ponto de vista privado, nem pode, é ilegal, a rede de banda larga porque a Associação de Municípios não concorre com a PT.

Eu sei que para o Partido Socialista a PT é uma casinha, onde lhe é possível acabar com telejornais, onde lhe é possível patrocinar grandes investimentos como o Figo. Enfim eu sei que a PT para o PS tem uma característica pública mas não é uma empresa privada como outra qualquer.

É curioso que esta empresa privada venha com este tipo de argumentos quando disse muito bem que tem a 100 metros do seu investimento uma linha de fibra óptica que apenas é necessário prolongá-la 100 metros. Eu posso-lhe dizer que custa três euros o metro de fibra óptica.

Portanto, aquilo que nós estamos aqui a discutir é a defesa de uma empresa privada. Eu pergunto-lhe se já fez o mesmo pedido à Zon, se já fez o mesmo pedido à Onway, se já fez o mesmo pedido a outras empresas, porque hoje em dia existe uma lei que foi regulamentada, é a Lei nº 05/2005, que veio criar a competitividade e acabou com o monopólio da PT. O que é necessário é que qualquer empresário, seja ele qual for, tem que vir e tem que fazer a sua requisição e aquilo que eu respondo à empresa, seja ela a PT, a Onway e a Zon TV, que são as três empresas que neste momento em Mirandela têm uma rede de fibra óptica, vão-lhe fornecer esse serviço, utilizando para o efeito as redes próprias, as redes da Associação de Municípios, a rede da Câmara, enfim, as redes que elas quiserem, porque eles são operadores de telecomunicações.

Aquilo que está aqui a dizer no fundo é descarregar em cima da Câmara aquilo que tem sido a atitude de algumas empresas mais preocupadas em controlar se calhar os meios de comunicação, em andarem nouro tipo de actividades quando essas empresas apenas têm que fazer aquilo que é obrigação delas.

E posso-lhe dizer mais. Se não fosse a rede de banda larga financiada pelo Governo, feita pela Associação de Municípios, não havia fibra óptica instalada pela PT. E mais, se isso é tão verdade como está a dizer, explique-me porque é que o Governo neste momento apresentou em público, faz um mês, com grande dimensão, cinco ou seis parcerias público-privadas, para compensar o serviço que a PT não presta. E nenhuma dessas parcerias público-privadas foi entregue à PT, porque é que será? Talvez porque no fundo nós estamos a confundir uma empresa privada. E dizendo-lhe em exclusivo, a PT em Mirandela tem os mesmos direitos, repito, que a Zon e que a Onway, com uma grande diferença, a Zon neste momento já paga à Câmara Municipal pela utilização das infraestruturas, conforme diz a lei e a PT não o faz.

Não vamos aqui confundir as coisas. A Câmara Municipal gostaria muito, digo-lhe, tinha todo o prazer em lhe fazer esse serviço, seja através da Associação de Municípios, seja através da Câmara, mas não pode, estamos a confundir coisas. Nem a Câmara Municipal nem a Associação de Municípios podem concorrer com a PT. São coisas completamente diferentes e quem o informou, informou-o mal porque fazer disto uma questão de competitividade é um erro, confundir disparates de encher ou não encher... sabe que o disparate da banda larga de Mirandela dá para ver se estão cheios ou não os contentores mas também dá para gerir a rede de rega municipal e para a videovigilância mas dá para questões públicas Sr. Eng.º e nenhuma delas foram financiadas no âmbito da Associação de Municípios.

O que estamos a fazer aqui é a tentar passar um ónus numa situação para a Câmara Municipal, estamos a tentar passar isso. Eu sugiro-lhe que faça mais uma vez esse mesmo pedido dos 100 megabytes à PT, à Zon e à Onway e ainda pode fazer às outras operadoras que estão no terreno e que apresente aqui, se faz favor, na próxima Assembleia a resposta a cada um desses pedidos. É a solicitação que eu lhe faço, que apresente formalmente, que vá a uma loja PT ou a uma loja Zon e faça o pedido por escrito. Esse ónus é das operadoras e em específico de uma operadora que está habituada a que é uma empresa pública não é uma empresa privada. É uma empresa privada, tem que responder como respondem as outras.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr.ª Deputada Alzira está a pedir a palavra? Para que efeito? Para esclarecimento à Mesa? Faz favor.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Sr. Presidente, Mesa da Assembleia, a minha intervenção teve a ver com um estudo que se projecta no futuro. Ninguém está contra a Unidade de Mirandela, nem falei sequer no Centro Hospitalar.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr.ª Deputada, permita-me esclarecer. Está a dar uma explicação, não está a pedir esclarecimento à Mesa.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Se há pessoas que estão contra o Centro Hospitalar, eu não estou, poderei estar contra determinadas políticas utilizadas. O Sr. Presidente dizia que não estava a favor deste estudo. Isto é um estudo para o futuro, é uma reflexão. A unidade médico-cirúrgica é para continuar e o Partido Socialista, nomeadamente o local, reivindica para si parte da sua paternidade.

A 14 b
jmm

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Senhor Presidente, pela primeira vez esta Assembleia ficou a conhecer quais são as regras editoriais da Agenda Municipal. Ficámos a saber que até ao dia 20 de cada mês qualquer actividade organizada com o patrocínio desta Assembleia pode ser devidamente divulgada. Isso deveria estar explícito no portal da Câmara.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa tem aqui os seguintes documentos: uma moção, a primeira por ordem de entrada, do senhor Deputado Fernando Pilão, que tem que ser votada e que está acompanhada também por um minuto de silêncio, que eu julgo que é consensual e, portanto, se algum dos senhores Deputados pensar de outro modo, fará o favor de alertar a Mesa, será efectuado no fim e uma outra moção cujo primeiro signatário é o Sr. Deputado Rui Sá e que naturalmente vão ser votadas separadamente.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Não percebi, quando foi apresentada a questão do José Saramago se era uma moção para ser votada ou não. Eu queria só esse esclarecimento, se há ou não votação.

Presidente da Assembleia Municipal:

São dois documentos, uma moção e um minuto de silêncio.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Em relação à moção da CDU, diz o seguinte:

A crise que se vive em Portugal, na Europa e no mundo, é o resultado da crescente financeirização da economia, da protecção da especulação que afecta as economias mais vulneráveis, procurando impor-lhes, com o apoio dos respectivos governos, inaceitáveis condições de regressão social, de declínio económico e de perda da soberania, visando garantir uma cada vez maior concentração da riqueza.

Com as medidas anunciadas pelo Governo para combater a crise desresponsabiliza-se o Estado das suas funções sociais e desmantelam-se as redes de serviços que as concretizam, oferecendo novas oportunidades de negócios aos grandes grupos económicos, reduzindo o serviço público, subordinando e limitando a autonomia das autarquias.

As soluções encontradas pelo Governo para sair da crise pretendem intensificar

- O encerramento de centros de saúde, urgências e hospitais concelhios. O encerramento de escolas, como agora as 900 anunciadas a somar às 2500 já encerradas, sempre em nome de uma suposta eficácia, eficiência e qualidade. Ao mesmo tempo que abrem negócios alternativos ou complementares numa lógica de "fecha público", abre privado".

- Força-se a entrada de capitais e a gestão privada de águas, esgotos e lixos, e disparam os preços e degrada-se o serviço.

No seguimento das medidas contidas no Orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013, aprovados pelo Governo com o apoio dos partidos à direita, aprovam-se medidas ainda mais gravosas.

São medidas que penalizam os mesmos de sempre:

- O imposto adicional sobre o IRS é um verdadeiro roubo aos salários dos trabalhadores e às reformas, agravado com o aumento do custo de vida na sequência do aumento das taxas de IVA;

- O ataque ao subsídio de desemprego desprotege ainda mais os desempregados e pressiona a baixa geral dos salários;

- A diminuição das comparticipações dos medicamentos que afecta particularmente os reformados com baixas reformas;

- O corte no investimento público irá penalizar o desenvolvimento nacional, agravando ainda mais o desemprego e a recessão económica;

- O ataque ao consumo interno penalizará ainda mais as micro, pequenas e médias empresas;

- Com as privatizações anunciadas alienam-se serviços públicos e sectores fundamentais da nossa economia.

Considerando que;

1. Com as medidas agora propostas, o Estado aumenta a sua receita e reduz a sua despesa, enquanto que a Administração Local vê diminuir as suas duas principais fontes de receita e aumentando os seus pagamentos ao Estado não havendo assim proporcionalidade nem solidariedade recíproca;

2. Os cortes das receitas municipais (que pesam uns ridículos 1,6% no OE) e o acréscimo de despesa das autarquias a benefício do Estado Central são o caminho que vem sendo seguido para a total asfixia das economias locais, particularmente nas regiões do país com maiores carências, como é a nossa;

3. A descapitalização acelerada dos municípios e freguesias terá reflexos fatais, a médio e a longo prazo, na capacidade de conservação e manutenção das infraestruturas e equipamentos públicos essenciais;

4. O poder local está, acima de tudo, solidário com as populações em mais este momento difícil em que são anunciados mais cortes nos orçamentos familiares, porque delas emerge directamente e lhe cabe representá-las e defender os seus interesses;

Assim, a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em 25 de Junho de 2010, decide:

- Manifestar o mais vivo repúdio por estas medidas que impedem as autarquias de levar por diante uma política de defesa dos interesses das populações que representam.

- Desenvolver uma linha de informação e esclarecimento às populações, das consequências destas medidas e seus responsáveis.

- Manifestar a solidariedade com os trabalhadores e populações atingidos nos seus direitos, no emprego, nos salários, nos serviços públicos e direitos sociais.

15
Jun

Esta moção deverá ser enviada ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e órgãos de comunicação social.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então votar.
Quem vota contra?
Quem se abstém?
Quem vota a favor?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:
Votos contra - 11
Abstenções - 19
A favor - 29

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, com 19 abstenções, 11 votos contra e 29 votos a favor aprovar a moção apresentada pela CDU

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Eu penso que esta moção já terá sido lida. Tem a ver com a Estrada Nacional 315, não sei se ainda se recordam do seu conteúdo. Isto só diz: apresentamos à tutela algumas questões que gostaríamos de ver respondidas.

Quais as razões que fundamentaram a mudança relativamente ao projecto inicialmente previsto? Porque razão não foi ainda disponibilizado quer à Câmara Municipal, quer às Juntas de Freguesia, o projecto da obra? Será que existe? Quais foram as mudanças entre o projecto inicial e a obra executada?

A EP está ou não disponível para conjuntamente com a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia encontrar ainda alternativas para que a obra possa vir a ser uma estrada mais segura e desta forma bem servir a população.

A presente moção deverá ser enviada ao Governador Civil, Ministro das Obras Públicas, Conselho de Administração das Estradas de Portugal e Delegação Regional das Estradas de Portugal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos votar.
Quem vota contra?
Quem se abstém?
Quem vota a favor?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:
Votos contra - 0
Abstenções - 4
A favor - 55

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, com 4 abstenções e 55 votos a favor, aprovar a moção apresentada pelas Juntas de Freguesia de Vale de Gouvinhas, Agueiras, S. Pedro Velho, Fradizela, Bouça, Vale de Telhas, Vale Salgueiro, Cabanelas e Abambres.

Presidente da Assembleia Municipal:

O último dos documentos é o voto de silêncio sobre a morte do escritor José Saramago.

4 – PERIODO DA ORDEM DO DIA

4.1- APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO

Presidente da Assembleia Municipal:

Quem é que se inscreve? O deputado Luís Sousa pode começar a usar da palavra.
Quem se inscreve mais? A mesa não registou ainda mais nenhum pedido de inscrição.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Relativamente à situação financeira do Município de Mirandela, nós vemos aqui na informação que foi prestada pelo executivo, compromissos assumidos e não pagos, 8.663.000,00 euros. Nesta dívida não estão aqui espelhadas outras dívidas que a Câmara Municipal acaba também por ser responsável, visto ser accionista maioritário. Veio ao nosso conhecimento nos últimos dias as contas de gestão da Sociedade Metropolitana Ligeiro de Mirandela e do Agro-Industrial do Nordeste e de facto as contas também apresentam alguns problemas.

Em primeiro lugar, eu acho que no que toca à empresa Metropolitana Ligeiro de Mirandela, as contas deveriam ter sido apresentadas aquando da discussão e deliberação das contas anuais de gestão da autarquia. Isso está previsto

na Lei das Finanças Locais e até porque a discussão e deliberação da gestão financeira da Câmara deve englobar também todas as actividades em que essa tenha participação em capital, tal é o caso da empresa do Metropolitano Ligeiro de Mirandela.

Tanto quanto sei, as contas foram aprovadas a 12 de Abril, é o que está escrito no documento e a nossa reunião de Assembleia teve lugar a 30 de Abril, portanto parece-me que tinha havido tempo mais que suficiente para essa documentação ser apreciada conjuntamente com as contas da gestão da autarquia.

É provável que tenha havido alguns atrasos na comunicação dessa informação, mas enfim, parece-me demasiado benevolente o prazo que difere entre a aprovação e a realização da nossa Assembleia.

Em segundo lugar, no que concerne à avaliação feita pelos auditores externos, podem-se apurar os seguintes factos.

A auditoria externa indica que a empresa está em situação de falência técnica (8.1. página 2) e tem mais de 1,5 milhões de dívida acumulada. Esta dívida acumulada não se deve unicamente ao ano transacto nem à situação causada pelos acidentes na linha nem ao encerramento da linha devido à construção da nova barragem. É uma situação que se arrasta há alguns anos e para a qual alertámos também no mandato anterior e que merecia no nosso entender uma reflexão mais cuidada sobre como reduzir esse custo sem deixar de assegurar às populações mais remotas do nosso concelho condições e garantias de mobilidade, porque é isso que está em questão.

É claro que há diferentes tipos de serviços e sem comprometer a estabilidade financeira da Câmara.

Em terceiro lugar, e não obstante as contas da empresa apresentem uma situação financeira de rotura, uma situação de falência técnica comprovada pelas auditorias externas e com graves implicações também para o pessoal que lhe está afecto. Não se compreende (dizia eu) que estando a empresa nessa condição difícil, paguem 8.500 euros a uma associação privada.

Este pagamento levantou-me algumas questões, sendo a primeira, porque a empresa do Metro decidiu financiar essa associação, qual foi a actividade para que foi destinado o financiamento e porquê esta associação e não outras, se de facto o intuito era apoiar as associações que desenvolvessem actividades de sensibilização junto da opinião pública em defesa da Linha do Tua. Então pergunto-me se não seria mais correcto financiar mais associações, outras associações, algumas até mais credíveis que teriam o mesmo tipo de intervenção pública noutros fóruns a nível nacional.

É que também fui confrontado com algumas intervenções na comunicação social por elementos dessa associação e intervenções até relativamente a algumas autoridades do nosso distrito, nomeadamente o Sr. Governador Civil de Bragança e não me pareceu uma comunicação que promovesse da melhor maneira a imagem da empresa junto dos órgãos de poder. Depois há também uma questão de independência e imparcialidade da própria associação, que estando a defender os interesses da preservação da Linha do Tua, acaba por ser financiada pela própria empresa do Metro. No meu entender, a associação promotora ser financiada pela própria empresa que promove, leva-me a crer que estamos perante uma situação de compromisso, mais do que propriamente de seriedade nessa promoção.

Em quarto lugar, é preciso também ter em conta que a administração da empresa do Metro está a ter - segundo creio, penso que isso vem numa das actas de reunião de Câmara - reuniões com a CP para a resolução deste problema e gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara em que situação estamos e isto está ligado também com a questão da construção da barragem. Enfim, gostaria de saber qual será a resolução final para esta dívida da resolução de falência técnica da empresa e sobretudo garantir ao pessoal dessa empresa uma continuidade contratual.

Também nos enviaram o relatório de auditoria de parecer fiscal, relativamente à Agro-Industrial do Nordeste S.A. e muito brevemente também passo citar o que diz o relatório no seu ponto 1: "*Examinámos as demonstrações financeiras, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2009, que evidencia um total de 4.651.000,00 Euros e um total de capital próprio de 3.646.000,00 Euros, incluindo um resultado negativo que ronda os 306.000,00 Euros.*"

Também aqui estamos perante uma situação difícil e aliás no seu 8.4 há uma questão de incumprimento do Código das Sociedades Comerciais, que também gostaria de saber o que se passa e se é um problema que se pode resolver a curto prazo. O 8.5 refere o que já foi dito: que a empresa atravessa um período de dificuldades de tesouraria e que também está com problema em resolver alguma dessa dívida porque não tem sido possível realizar alguma verba com a venda de algum património imobiliário que possui. Gostaria de saber quais são as perspectivas para esta participação em capital e como disse, isto teria sido bom ter sido discutido na altura em que se discutiram as contas anuais da Câmara Municipal.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores Presidentes da Junta, minhas senhoras, meus senhores.

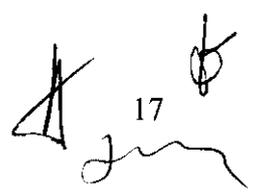
Eu devo dizer, em primeiro lugar, que partilho das preocupações do deputado Luis Sousa em relação às questões financeiras. Querendo ser rápido, não o vou repetir mas vou pronunciar-me sobre a situação financeira do Município de Mirandela.

Se nós anualisarmos o quadro, ele diz-nos que estamos numa taxa de realização de 34% e sem capacidade de endividamento. Daí que gostaria de pedir ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse a esta Assembleia o ponto de situação e, mais do que isso, nos dissesse das suas preocupações e das ameaças que eventualmente a Câmara pode ter a curto / médio prazo.

Isso não vem vertido aqui, vem só vertido que dos 46 milhões iniciais estamos em 8 milhões, o que dá cerca de 17%, ou seja, 34% anuais. Pelo que é possível ver daqui, fica-se com alguma preocupação.

Para que nós possamos sair daqui sem preocupações ou pelo menos conscientes da realidade, o desafio que eu lhe deixava (o desafio acho que é exagerado), ou seja, o que eu peço é que nos diga a todos qual é a situação da Câmara Municipal de Mirandela e quais são as ameaças a curto e a médio prazo.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:



Se me permitem eu vou usar aqui da palavra como deputado municipal e prometo também ser breve, estamos quase na hora de almoço.

Em relação à informação escrita, é justo também aqui dizer que a Mesa da Assembleia e o senhor Presidente têm procurado responder aos anseios e às solicitações que nos são feitas pelos deputados municipais.

Na sessão anterior o deputado municipal Fernando Pilão recomendou que a informação escrita tivesse uma letra maior e de facto desta vez a informação está com uma letra maior e obviamente mais facilmente legível.

Também queria lembrar que esta informação não é apenas uma informação financeira. Parece que o enfoque da oposição foi apenas na informação financeira mas ela não é só isso e é também justo reconhecer, na medida em que a Câmara é frequentemente acusada de não ter uma política educativa, desportiva, cultural, que esta informação desmente claramente essas ideias.

Se vocês contarem os eventos que constam dessa informação, verificam que são 32 eventos, não organizados totalmente pelo Município de Mirandela mas incluindo também eventos organizados pela sociedade civil, pelas instituições do concelho de Mirandela e também por Juntas de Freguesia. Eu acho que isso traduz bem a vitalidade, a pujança e o dinamismo deste município, nas áreas que eu referi.

E aí também vem o seminário que foi organizado ou proposto pelo grupo municipal do CDS/PP. Estão também aí outras actividades que não foram referenciadas, nomeadamente a aprovação de mais uma candidatura às acções inovadoras para o desenvolvimento urbano e também informação de que o cidadão comum ou até mesmo os deputados municipais nem sempre se apercebem, mas que tem a ver com a correcta, a eficaz e a eficiente gestão de recursos humanos, onde podemos incluir também uma Carta da Qualidade que a seu tempo será apresentada aos Mirandelenses e que pretende ser um compromisso para adoptar medidas que tenham em conta a modernização, a inovação e a qualidade.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Sr. Presidente pretende usar da palavra?

Presidente da Câmara Municipal:

Sim, há aqui perguntas feitas, tenho que responder senhor Presidente. Obrigado.

Em primeiro lugar, responder ao Luis Sousa e ao Eng.º Baltazar sobre a questão que colocaram em comum, quer da AIN, quer do Metro.

Quando se pega nos números frios e se quer dizer a uma assembleia que as coisas estão mal, pega-se no relatório inicial, nas palavras iniciais dos órgãos próprios de fiscalização e depois não se explica do que é que essa situação deriva.

Vamos ao Metro de Mirandela. Esta preocupação não deve existir nem nos Mirandelenses nem no Metro, por uma questão simples. Lá diz claramente que a gestão é perfeitamente equilibrada e sem preocupações no que diz respeito aos pagamentos e funcionamento normal. Donde é que vem a dívida acumulada? Do imobilizado que tem o Metro de Mirandela, ou seja, das três carruagens compradas pelo ex-Presidente na altura em que constituiu o Metro, onde fez um negócio com a CP que era este:

As três carruagens não se pagam, em termos de metro ligeiro de Mirandela à CP em troca da CP alienar os terrenos que tem no local da estação até à Reginorde. E esses terrenos terão o mesmo valor que terá a compra das três carruagens.

Isto quer dizer que se isso não está cumprido e continua no imobilizado é só por culpa da CP. Não está disponível nem ainda chegou a acordo com nenhum proprietário porque a Câmara ao que chegou a acordo não quis, que era para lá construir habitações de 5 pisos, ainda lá não chegou para fazer esse acerto de contas.

Isto é, o resultado que lá está é de um imobilizado que não deve preocupar a empresa porque a empresa não é a responsável por esse valor negativo, que se resolve com a venda dos respectivos terrenos pela CP ou a compra dos respectivos terrenos pela Câmara ou a Câmara ficar com os terrenos e passar as carruagens para a CP em sistema de leasing, isto em relação ao Metro de Mirandela.

Nenhuma preocupação em termos financeiros, mas tenho uma preocupação em termos de funcionamento, porque tenho nove trabalhadores. Não tem lá prejuízos porque tem subsídios da Câmara Municipal. E esses subsídios da Câmara Municipal devem ser usados para serviço público e não para estar parados ou ir só até ao Cachão. É dessa preocupação que eu falo todos os dias e não da preocupação que é apresentada no resultado das contas em que aparece no imobilizado esse valor. O técnico de contas explica essa situação muito bem.

Em relação à AIN, é preocupante que haja 306.000,00 euros de dívida. É verdade que é preocupante mas também lhe digo que só duas empresas devem à AIN 240.000,00 euros. Eu não quero dizer nomes nem tenho que o dizer, mas só duas empresas devem esse dinheiro à AIN.

Neste momento a AIN tem outro problema que não é só da AIN e que tem a ver com a viabilidade económica e financeira daquele empreendimento total. Isto para dizer que tem razão quando diz que deviam ter vindo aqui juntamente com as contas, não por causa de ser obrigatório, porque como sabe só têm que ser consolidados nas contas quando temos 51% de participação em empresas municipais ou em sociedades anónimas, mas são obrigatórias vir à Câmara Municipal na altura da aprovação dos resultados e da conta de gerência. Não foi, eu pedi aqui desculpa na altura, houve aqui um problema de desintegração, mandei-vos depois para fazer esta análise, no entanto a análise que se faz tem estes enquadramentos que quem está dentro percebe que são apenas imobilizados e não são propriamente coisas que afectem o funcionamento da empresa. Claro que depois têm o problema do artigo que levantou porque estando lá existe esse problema. A lei tem permitido aos Revisores Oficiais de Contas que todos os anos ponham lá apenas uma situação em termos legais, que é: não se aplica o não consolidado e têm deixado passar as respectivas contas porque elas têm que ir todas para ser analisadas.

Agora, em relação à questão principal que é a que levantou o Eng.º Baltazar, que é a situação financeira de Mirandela, qual a minha opinião e é a minha opinião como Presidente da Câmara como é evidente.

A Câmara de Mirandela está preocupada não com os 11 milhões de euros que deve a médio e longo prazo, – não tem problema absolutamente nenhum, depois de estarem negociados – mas com os cerca de 8 milhões que deve a fornecedores e a empreiteiros porque esses 8 milhões são dívidas a pessoas singulares, concretas, que precisam do dinheiro no dia-a-dia e que o dinheiro lhes faz falta para fazer os respectivos negócios.

E, portanto, se essa questão é preocupante e é preocupante porque deixou de haver empréstimos, os empréstimos hoje são endividamento zero, isto é, cada Câmara só pode contrair empréstimo no final do ano de exercício desde que abata o mesmo número de prestações naquilo que deve à banca e os juros não contam. Só conta o abatimento das prestações. Sendo o endividamento zero, as Câmaras terão de elaborar um plano de restrições ao funcionamento e às despesas correntes, no valor entre 1,5 milhões e 2 milhões de euros por ano, que permita no fim dos 4 anos que esta dívida de 18 milhões, pelo menos, seja abatida, isto na gestão corrente normal.

Se me perguntam na projecção a médio e longo prazo, eu digo-vos que a Câmara de Mirandela financeira e economicamente está muito bem porque sabem agora e vou-vos dizer porquê.

A dívida dum instituição com o que houve da inventariação do Património, vai ser fixada ou vista em termos públicos, entre o património existente e a dívida da própria Câmara, isto é, como as empresas, nós podemos dever “x” mas se tivermos o valor ou o património de “Y”, temos solvabilidade financeira e para verem um exemplo muito simples, (que nós para tentar resolver esta situação dos fornecedores, eu fui perguntando) só num fundo de investimento normal dum banco qualquer nos era oferecido só pelos edifícios da Câmara Municipal (os quatro) se passassem para um fundo de investimento, tal o valor do património e do inventário desses edifícios, os quatro onde a Câmara está instalada, dava cerca de 8,5 milhões de Euros, a pagar durante 10 anos.

Isto é, se eu quisesse trazer à Câmara e à Assembleia Municipal (não estou a dizer que concordo com esta solução, porque tem juros que a Câmara tem que contabilizar em termos de funcionamento), mas se quiséssemos fazer isto, só parte do património que a Câmara tem feito o inventário realizado dava para pagar todas as dívidas porque o património era muito superior, não contando com outro património que a Câmara tem.

Quer dizer que a médio e longo prazo a Câmara tem património suficiente para pagar não só esta dívida existente mas dívida que possa contrair até ao valor do património que a Câmara tem, que agora consta dos inventários e não constava nem constituía objecto de análise político-económica.

Outra questão diferente é se tenho preocupação com estas dívidas a fornecedores e empreiteiros e como as vou pagar no curto prazo. Essa é que leva a que possam fazer essa análise. Depois verão quando a Câmara apresentar o seu Plano de Contenção de Despesas e Aumento de Receitas. Nós estamos na disposição de correr esse risco, para cumprir aquilo que achamos necessário, que é o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães

Não havendo mais intervenções, vamos passar ao ponto 4.2.

PONTO 4.2 - VENDA EM HASTA PÚBLICA DOS PRÉDIOS PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA – SITOS NO LUGAR VALE DA CERDEIRA – LOTEAMENTO IMOTUA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 26 de Abril de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Autorizar a venda em hasta pública dos terrenos já legalizados, lotes 2 e 14, sito no lugar Vale da Cerdeira, do loteamento Imotua, do Alvará n.º 01/2006 em Mirandela, aceitando os valores indicados como base de licitação e o referido programa de alienação;
- 2 - Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Não sei se alguém quer usar da palavra neste ponto, penso que a resposta é o silêncio.

Vamos então passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Não havendo votos contra nem abstenções, pode-se dizer que esta proposta foi aprovada por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por unanimidade, aprovar autorizar a venda em hasta pública dos terrenos já legalizados, lotes 2 e 14, sito no lugar Vale da Cerdeira, do loteamento Imotua, do Alvará n.º 01/2006 em Mirandela, aceitando os valores indicados como base de licitação e o referido programa de alienação.”

PONTO 4.3 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS TARIFAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E DAS TARIFAS DE SANEAMENTO.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 07 de Junho de 2010 que se transcreve:

19
Jury

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 5 votos a favor, 4 dos membros do PSD e 1 do membro do PS, Eng.º João Casado e 2 abstenções, 1 do membro do PS, Dr.ª Júlia Rodrigues e 1 do membro do CDS/PP, Dr.ª Graça Calejo, conforme proposto:

- 1 – Aprovar as tarifas de Resíduos Sólidos e de Saneamento a praticar pelo município;**
- 2 – Submeter esta proposta à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”**

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Está aberto o período para inscrições.

Deputado Fernando Pilão, Eng.º Baltazar, Dr.ª Elina Fraga e penso que para já não há mais ninguém.

Vamos então começar por ordem de inscrição.

Tem a palavra o deputado Fernando Pilão.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Relativamente a este ponto, além de alguns esclarecimentos que precisamos, devo dizer o seguinte:

A proposta está bem feita e está bem fundamentada do ponto de vista de opções políticas que o executivo toma.

Há aqui algumas questões que eu queria colocar, nomeadamente neste ponto: refere-se aqui a vários estudos académicos. Não conhecemos os estudos académicos nem quais são referidos e como tudo, há estudos académicos para cada solução que se pretenda.

Não sabemos o que é isso do utilizador pagador e porquê? Se nós entendermos que o utilizador pagador é aquele que utiliza que deve pagar, vemos que há pessoas, nomeadamente quanto à produção do lixo, que produzem mais lixo do que outras e pagam o mesmo, portanto aí haverá sempre injustiça nesse ponto de vista.

Também não entendemos o que se quer dizer por sustentabilidade do sistema, isto é: se nós entendermos por sustentabilidade do sistema que os utilizadores têm que pagar tudo aquilo que a Câmara contrata com terceiros para, por exemplo, recolher o lixo, não entendemos para que é necessária a Câmara. Se as receitas têm que ser cobradas aos utilizadores para cobrir completamente as despesas, penso que a Câmara não faz falta e portanto os serviços podiam ser prestados e contratados directamente pelas pessoas a quem prestassem esses serviços.

Por outro lado, não nos dizem aqui quantos consumidores é que possuem o cartão social. Entende-se aqui os mais desfavorecidos e naturalmente a Câmara é que entende quem é mais desfavorecido e não sabemos também o número dos consumidores. Depois cerca de 10.000 consumidores, classes com mais dificuldades não aumentarão o valor da factura, também não entendemos o que é isto “classes com mais dificuldades” e como é que se chegou a este número de 10.000 consumidores. E depois diz-se “os restantes consumidores” são cerca de 5.000, terão um aumento gradual durante os três anos, até à sustentabilidade do sistema, o que pressupõe que realmente os 5.000 vão pagar a sustentabilidade do sistema para todos os outros.

Ou seja, desde que sou deputado municipal, tanto quanto me recorda, não houve uma assembleia onde não fossem propostos aumentos de taxas. Quase todas as assembleias vêm aqui aumentos de receitas para a Câmara Municipal e por isso não entendo porque são os impostos que pagamos. Para que serve o IVA, o IRS, o IMI e o IMT.

Penso que se está a exagerar relativamente à cobrança destas funções que nos são agora propostas.

Disseram-me para perguntar ao Executivo se as freguesias do Romeu, do Navalho e do Franco estão a cumprir as normas de cobrança de taxas relativamente a este aspecto dos resíduos sólidos e de saneamento.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O deputado que me antecedeu começou por dizer que a proposta estava bem feita. Eu, depois de o ouvir fiquei com dúvida, afinal estava bem feita no quê porque as questões que colocou e que eu coloco também levam-me a dizer que a proposta tal qual está, não está bem feita.

Isto é, se por um lado estamos absolutamente de acordo com a posição do poluidor pagador e isso é incontornável e espero que depois quando a Câmara intervenha não venha a confundir como fez anteriormente, mas temos outro ponto da ordem de trabalhos para falar disso, por isso o Eng.º Branco que não se ausente porque senão depois vai dizer que eu falei na ausência dele.

Voltando à questão do poluidor pagador, em relação ao princípio estamos de acordo de que quem polui pague. Agora, como todos os princípios, os princípios não são cegos e é na aplicabilidade dos princípios que as questões se colocam.

Desde logo se coloca uma questão, que eu não sei e eventualmente isso é desconhecimento meu, que é se há alguma opinião crítica sobre a factura a montante, isto é, quando a empresa de resíduos diz que tem que pagar tanto, se ela é ineficaz, se a Câmara também paga essa ineficácia, o que é que se passa nessa área. É desconhecimento meu, com certeza, assumo, mas gostava de saber como as coisas se passam entre a Câmara e o seu fornecedor de serviços.

Depois, quem não pode pagar, fala-se no cartão social, lendo a acta da Câmara vê-se que não é dominado, bem como num faseamento da aplicação deste princípio a três anos e não se percebe muito bem como é que este princípio é aplicado, e que o cartão social vai diminuir em 50% a factura, também não se percebe muito bem. O próprio sistema, (era uma pergunta concreta que eu queria deixar aqui à Câmara), se todas as águas residuais são águas residuais, ou seja, se pode garantir que as águas pluviais não vão também nos efluentes e não pesam nesta factura.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

A minha intervenção vai ser breve e primeiro para registar com agrado a posição proactiva do senhor vereador do Partido Socialista que entendeu votar favoravelmente esta proposta com o sentido de responsabilidade que devia caracterizar toda a oposição.

De resto, a Direcção Nacional do PSD tem feito com o Governo aquilo que este senhor Vereador fez com o Executivo.

Dizer também que é uma proposta que está devidamente fundamentada em que transparecem as preocupações que determinaram este aumento e que de certa forma ultrapassam as preocupações manifestadas designadamente pelo Dr. Pilão, que confesse-se não percebi a intervenção dele, porque em termos ideológicos, se há pessoa que devia subscrever e pugnar pela aprovação desta proposta, seria na minha modesta opinião o eleito do Partido Comunista.

Na verdade, não foi feita aqui uma reflexão que devia ser feita e que foi de certa forma beliscada pelo Dr. Pilão, mas que por razões desconheço, não foi aprofundada, que é:

Se é um dever essencial da Câmara assegurar a gestão dos resíduos e se deve subsidiar essa mesma gestão, se isso é uma função primordial e determinante da Câmara Municipal. Eu penso que não e penso também que o Partido Comunista concorda comigo que não deve ser subsidiada e nesse sentido é necessário proceder a uma harmonização dos preços no sentido de quem polui, quem consome, paga.

Resulta da fundamentação apresentada na proposta que há um défice de 50% e esses 50% têm sido suportados pela Câmara Municipal. A pergunta que eu deixo aqui à oposição, que discorda, porque temos aqui várias posições, temos a posição do vereador Casado, que aprovou, temos a posição da Dr.ª Júlia Rodrigues e da Graça Calejo que se abstiveram, portanto há aqui alguma divergência em relação a este ponto, mesmo em termos dos próprios partidos, mas a pergunta que eu deixo é como é que essa oposição que discorda desta aprovação, o que pretende no fundo fazer, se pretende que os 50% que é necessário cobrir com dinheiro da Câmara para suportar este deficit, devem ser retirados da Educação, se devem ser retirados da Acção Social, se devem ser retirados dos Transportes, se a Câmara deve deixar de pagar as refeições aos alunos por forma a cobrir estas despesas, porque como nós sabemos os recursos são escassos.

Mais, pergunto a essa oposição, que consciência ambiental é que tem e que pretende que se tenha, se não deve ser feita uma correcção da poluição na fonte.

Se não deve ser feita uma sensibilização para os conteúdos e para a produção de resíduos.

Se entende que a água é ou não um recurso essencial e se deve ou não ser feita uma gestão eficaz e eficiente desse recurso que como todos sabem é escasso. Mais, como é que um voto ou uma abstenção ou um voto contra esta proposta é compatível com a sustentabilidade que tanto se tem defendido e que mais do que uma opção política ou estratégica, é também um dever e uma imposição legal e isto para vos dizer que eu compreendo que alguém se abstenha com critérios puramente políticos e demagógicos e eu compreendo que a abstenção venha neste caso da Presidente da Concelhia do Partido Socialista, que se absteve das suas responsabilidades como vereadora da Câmara Municipal e de forma demagógica e populista, sem, qualquer argumentação sólida ou fundamentada resolveu lavar as mãos como pilatos.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Relativamente ao que foi dito nas duas anteriores intervenções, tenho a dizer ao deputado municipal Baltazar que não percebi aquilo que eu disse. Eu disse que formalmente e do ponto de vista de opção política e de escolha de política de fundo relativamente a esta questão que está a ser apresentada que a proposta está bem feita do ponto de vista de opção política do executivo porque conforme é explicado, justifica a proposta que faz. Na questão de fundo é que divergimos.

Quero dizer à deputada Eline que eu não sou eleito pelo Partido Comunista, mas sim pela CDU que é uma coligação. Não é que isso me incomode, porque se me incomodasse muito já não estava aqui, mas realmente o que é. Também não entendo o que não percebi na minha intervenção. Eu o que disse foi que não entendo se para cumprir os objectivos que a Câmara se propõe aqui neste documento, se é preciso que todos paguem aquilo que a Câmara gasta, não entendo para que precisamos da Câmara, cada um podia contratar da maneira que quisesse para efectuar os serviços. A sustentabilidade do sistema que está aqui invocada só pode ser entendida como aumentando as taxas para que não haja prejuízo e para que a receita seja igual à despesa.

Se nós transportarmos este tipo de entendimento para todas as funções mais importantes da Câmara, é essa a minha interrogação, para que serviam os nossos impostos, porque os impostos são precisamente para nas funções sociais que a autarquia tem, que sejam aplicados e não se faça um comércio com estas questões, pelo que nós vamos votar contra, sem nenhuma reserva mental nem qualquer prurido.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu penso que o esclarecimento do deputado Dr. Fernando Pilão foi importante porque poderia pairar no ar que a proposta em si toda ela estava bem feita. Ficou clara a questão política da proposta e se outro mérito não teve a minha intervenção teve o mérito do esclarecimento e isso acho que foi extremamente importante.

Sobre a intervenção da deputada Dr. Eline Fraga, eu gostava de dizer o seguinte e clarificar eventualmente a questão:

Uma coisa é o princípio do poluidor pagador, do utilizador pagador, como agora se diz. Outra coisa é a aplicabilidade desse sistema.

Quem desde 2002 (isto são 8 anos) não teve preocupações ambientais, foi o Executivo da Câmara, está escrito na proposta. Aquilo que nós pedimos para ser ponderado e aquilo que nós achamos que deveria ser ponderado, é a aplicação. Se o sistema é bom, mas não se vai aplicar de um dia para o outro... não pagaram durante 8 anos, agora pagam tudo já. É isto que nós colocamos e também a reflexão sobre os pontos que eu referi anteriormente, como uma reflexão que também não vem na proposta, do que é que se passa nos concelhos vizinhos. Eu não quero dizer que seja determinante o preço que agora nos propõem em relação à população mas também pode ser uma questão e nós não vivemos isolados, vivemos com todos os concelhos que estão à volta. Embora concordemos e concordamos sem reservas com o princípio, constatámos que a aplicação não está clara, aliás o próprio vereador do pelouro o reconhece

quando na acta diz que vai informar-se, que vai ver, remete para uma situação posterior uma informação sobre o sistema. Como aí as coisas não estão claras nós vamo-nos abster.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Só uma intervenção muito breve, primeiro para pedir desculpa ao Dr. Pilão, foi sem qualquer má fé que disse que foi eleito pelo PCP e realmente foi eleito pela CDU e eu reconheço isso.

Depois dar-lhe uma resposta muito breve em relação àquilo que disse sobre se prevalece o princípio do poluidor ou consumidor pagador e se nós pagamos os nossos serviços o que é que faz a Câmara? Pois é isso mesmo que está aqui em causa. É que a Câmara deve pagar e deve ajudar aqueles que mais carecem e daí que eu tivesse dito que estranhava a sua posição, porque neste caso a Câmara subsidia, digamos assim, ou ajuda aqueles que são os mais carenciados, designadamente os portadores do cartão social do Município. E nessa medida a Câmara suporta o custo de 50% dessas pessoas que são portadoras desse cartão porque essas pessoas de forma comprovada justificaram as suas necessidades e a Câmara dentro daquilo que é a sua opção estratégica de combate à pobreza, entende suportar ela própria o custo desses utilizadores ou desses poluidores.

Dizer também, Dr. Pilão, que não é verdade que este regulamento se traduz num aumento de taxas em si mesmo porque na verdade se reparar, em relação ao primeiro escalão, há uma redução de 3,64 %, ou seja, o consumidor poluidor que se integre no primeiro escalão, vê a sua taxa reduzida em 3,64%.

Poderão dizer assim...mas isso não é um número significativo de pessoas e tal também não é verdade, porque como consta da acta da Câmara Municipal, a verdade é que 57,93, volto a frisar, 57,93% da população integra-se neste escalão e portanto a grande maioria dos pequenos consumidores, a grande maioria dos agregados familiares com carências, integram-se neste escalão e nessa medida verão a sua taxa reduzida.

Dizer que há realmente um acréscimo não muito significativo no segundo escalão, porque há um aumento de 40,42% e que abrange 29,27% da população.

Dizer também que há, e aí sim reconhecemos, um aumento bastante significativo no escalão do comércio rural e urbano.

Dizer também que aí sim pode haver motivos justificativos para que não haja estes aumentos, que devem ser expostos, devem ser requeridos, porque como disse e muito bem o Eng.º Baltazar, os princípios também têm que ter excepções. E portanto, isto para dizer que se o princípio do consumidor pagador é um princípio que gera sempre uma situação de justiça, não há princípios absolutos nesta questão como em qualquer outra e pontualmente pode haver necessidade de ajustamentos, designadamente na indústria ou no comércio, que prove que realmente, para o exercício da sua actividade, a água, os resíduos são absolutamente essenciais.

Eu não compreendo o voto contra da CDU, tanto mais que aderiu parcialmente à fundamentação da proposta.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Bom dia Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal e Srs. Deputados Municipais.

Eu vou aqui dizer duas coisas que acho que definem também a minha posição em relação a este ponto.

Existe um provérbio chinês que diz assim: *"Inteligência não é subir muito alto nem descer muito baixo, tem que haver um ponto de equilíbrio"*.

Eu acho que essa proposta tem esse mérito, tem esse ponto de equilíbrio, essa é a minha opinião.

É uma proposta que está devidamente bem fundamentada em relação à política dos três erres. Eu por acaso também sou professor e dou essas aulas aos alunos. E essa política dos três erres tem a ver com o reciclar, com o reutilizar e também o reiniciar. Portanto, este conceito de sustentabilidade ambiental é necessário. É necessário porque ele tem por base o princípio que o homem deve gastar os seus recursos naturais, de renovação desses recursos e de modo a evitar o seu esgotamento.

Eu acho que a proposta apresentada vem de encontro a esses interesses, a interesses de sustentabilidade do ambiente.

O Sr. Deputado Municipal Eng.º Baltazar disse que em relação aos outros concelhos que não sabia o que é que se praticava, que não faz parte da proposta, não sabia...é genérico. Eu estou-lhe a dizer que em Vila Real é por m3, ainda seria mais gravoso. Em Bragança é por m3, ainda seria mais gravoso. Não se percebe também, e pelo menos aqui deu a entender isso e vem na proposta, também não está aqui nada a dizer o contrário, que houve um espaço, uma décalage de 8 anos para apresentar essa proposta, acho que se fosse drástico a Câmara teria incidido sobre não uma taxa única em relação a zero a xis m3, mas também ao m3, como outras Câmaras, algumas de pequena e média dimensão já o executam.

Eu vou-lhe lembrar aqui e por acaso como o Sr. Deputado diz (fiz também o trabalho de casa em relação a esse princípio). Fui ver dados económicos de vários municípios de empresas municipais e por exemplo a Câmara de Abrantes, Albergaria-a-Velha, Alcobaça, Matosinhos, etc., tenho aqui várias Câmaras que não vale a pena estar aqui a anunciar, que os seus resultados operacionais hoje são negativos, estão em falência técnica.

Esta Câmara por acaso, que também vem aqui no Anuário, tem um passivo indesejável que fala aqui dum valor ainda aceitável, portanto está no limite, mas entre os 17.707,00 Euros, passivo exigível em relação a um resultado operacional, isto são resultados de 2008 desse mesmo anuário. Eu não penso, na minha perspectiva, que a Câmara em relação à proposta que aqui apresentou e aos coeficientes de actualização que ela vai aplicar em relação aos consumidores, é uma proposta racional (no meu entendimento, na minha modesta opinião) e que nesta conformidade o Executivo propõe estas tarifas.

Não entendo como os senhores deputados que vieram aqui ao palanque fazer a sua explanação em relação a esta proposta, que seja uma proposta agressiva, pelo contrário, eu penso que é uma proposta com um certo equilíbrio e com uma certa responsabilidade.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Sr. Presidente quer usar da palavra?

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado senhor Presidente. Eu sei que mesmo correndo o risco de não maçar muito, há duas questões que estão aqui no ar que até parece que somos nós Câmara Municipal que trazemos esta proposta aqui para penalizar os Mirandelenses e há duas questões que eu quero esclarecer.

Perguntava-me o Eng.º Baltazar há bocado como é que eu projectava a situação económico-financeira da Câmara a médio e longo prazo e eu falava-lhe de despesas, de cortes de despesas e agora vou-lhe falar também do aumento de receitas, com os custos que isso tenha na opinião pública. O equilíbrio faz-se pelas duas partes, pelo aumento de receitas e também pela diminuição das despesas.

O que é notável é o Partido Socialista abster-se quando isto é derivado de uma lei do Partido Socialista e eu vou explicar porquê: o Partido Socialista criou uma legislação que diz assim (e no meu entender bem, para ter transparência): não pode haver mais gastos nos serviços públicos prestados pelas entidades públicas municipais ou outras sem que tenham em vista o princípio da sustentabilidade. Isto é, nós temos que saber com toda a transparência quanto e como é que a Câmara gasta em serviços públicos prestados em cada matéria porque até aqui o orçamento municipal é todo junto e a Câmara faz as prioridades, gasta onde quer e nós não sabemos quanto gastamos a mais na subsídio da água, quanto gastamos a mais na subsídio do saneamento e de outro tipo de serviços e portanto há uma legislação que impõe até 2012 que todos os serviços prestados sejam feitos pelo princípio da sustentabilidade. Aliás em termos empresariais até devia ser um princípio apreciado por todos, devia ter o apoio de todos, porque quando se criticam as Câmaras é precisamente no contrário, é porque não cumprem esse princípio da sustentabilidade e gastam os dinheiros mal gastos e não têm rigor financeiro.

Pensei que agora ao menos, aqueles que criticam nessa matéria até estivessem de acordo.

E o que se passa é o seguinte: é cumprir este princípio da sustentabilidade a três anos, até terminar o prazo. Nós neste momento cobramos cerca de 900.000,00 euros entre impostos de resíduos e impostos de lixo e gastamos 1.800.000,00. O que nós tentamos fazer é em três anos atingirmos o princípio da sustentabilidade.

Dir-me-ão... mas podia não ser assim. Pode, pode haver Câmaras que entendam que em vez de chegar à sustentabilidade desta forma cheguem doutra. Qual é a outra? Só fazem 900. Nós pomos do nosso orçamento municipal 900 e não gastamos noutras coisas. Mas o Governo quer saber e bem e é legal, quanto é que cada Câmara põe lá de subsídio próprio para depois analisar a questão dos subsídios, a questão dos empréstimos e a questão daquilo que recorre ao crédito anual porque se uma Câmara quer gastar assim então também não tem o direito de pedir para outras matérias porque podia desviar esse dinheiro. O princípio da sustentabilidade é que tem que ficar assegurado, primeiro ponto. Este princípio é a Lei que o manda cumprir e a Lei até é do Partido Socialista.

Em segundo lugar há outra questão.

Porque é que temos que aumentar as receitas e diminuir nas despesas? Só este ano as Câmaras Municipais, eu falo especificamente na Câmara de Mirandela, teve 7,5% de redução do dinheiro que lhe é transferido do Estado. O IVA aumentou 1%, é preciso suportar 1,5% por todos os funcionários que agora passam a pagar para o Serviço Nacional de Saúde, pela entidade municipal, já estão a falar de 2,5% e depois 100 milhões de Euros que o Estado tirou às Autarquias no âmbito do PEC e desses 100 milhões de Euros, calhou à Câmara de Mirandela quase 600.000 Euros, o que dá quase 5% de redução no dinheiro transferido para a Câmara Municipal. Estamos a falar de 7,5% directos, de equilíbrio financeiro que vinha do Estado de receitas.

Se somarmos a isto no final do ano a recessão que existe em termos de país, eu nos impostos directos e indirectos também vou ter redução de certeza significativa nas receitas da Câmara Municipal.

Agora não me digam que a recessão foi criada pela Câmara...se calhar vai ser criada por quem se abstém ou por outras situações quaisquer. E esta questão que eu coloco é para fazer face a tudo isto, é preciso pegar nos serviços e fazer a sustentabilidade do sistema.

Dizem: mas nós não sabemos como é que vai ser executado. O problema não está no princípio é na execução. A execução é a coisa mais simples que eu já vi, é pelos contadores da água em termos de inscritos, primeiro ponto. Não falha o número que cada consumidor gasta. O princípio é aplicado directamente a esse consumidor com o que gasta de água.

Perguntar-me-ão...então e aqueles que são excluídos pelo cartão social? São cerca de 330 neste momento e podem ser mais se o pedirem no futuro mas esse é o único critério que é analisado por uma assistente social, que tem em vista os rendimentos que cada um entrega, que são os rendimentos do ano das Finanças nesse sector. Se falha nestes itens, também falha no rendimento mínimo e noutras coisas...pode haver outros proventos...pode, mas as pessoas normalmente não estão aqui para enganar ninguém e portanto esses serão isentos.

Depois dizem-me, mas também tem que ver se o serviço é bem prestado ou mal prestado, não investiram em ambiente estes anos...bem, se houve Câmara que investiu em ambiente durante 10, 15 anos, até se calhar 20, foi a Câmara de Mirandela, não cobrou foi esse investimento aos munícipes, essa é a verdade, agora o que não subiu e é há 8 anos, foi este imposto relativo a esta questão dos resíduos sólidos urbanos, porquê? Em primeiro lugar porque a população só pode pagar depois de ter os serviços a funcionar e só agora é que eles funcionam, completamente articulados quer com a recolha, quer com o tratamento do lixo, que o investimento está feito no aterro e na recolha e tratamento que vocês vêem, nos ecopontos, nos ecocentros, primeiro ponto.

Segundo ponto, não está aqui só o lixo, o mais importante é o saneamento e as águas residuais e nós não podíamos subir aí porque estes investimentos precisavam de estar prontos para ter a respectiva satisfação por parte da população, que o que paga funciona bem, portanto nesta questão acho que também é fácil de ver que este princípio, mesmo os que são contra, sabem que em Mirandela, em termos ambientais até tem sido feito um esforço enorme nesta matéria.

Dizem-me...mas nós sabemos que estão lá as águas pluviais...estão lá algumas, porque o que conta e o que nós pagamos às empresas a montante nas águas residuais é o que entra na estação de tratamento de águas residuais e o sistema que está montado vai sempre sendo corrigido nas obras novas, mas ainda há muita coisa que está e que falha no sistema antigo de saneamento e que se caihar corre nessa matéria, pagamos algum, mas nós também o pagamos a montante, porque a nós debitam-nos pela entrada na estação de tratamento de águas residuais e neste momento temos duas grandes a funcionar, que dão as duas um prejuízo enorme, Mirandela e Torre D. Chama, tirando as pequenas de cada aldeia.

A outra questão que punha o Dr. Pilão e bem, é: e aquelas aldeias que não entregaram o sistema de águas, como é que vai ser? Vão ser beneficiadas?

É assim, há três ou quatro aldeias que não entregaram o sistema de águas porque estão a explorar por eles próprios. Nós temos que encontrar outro sistema a não ser o contador da água para cobrar até entregar a água o respectivo valor, ninguém vai ficar fora desta situação, senão não era compreensível.

Tudo isto para dizer que independentemente da votação de cada um – cada um vota como quiser – o que às vezes ficamos com alguma preocupação é que normalmente são as afinidades políticas de quem cria a legislação a votar ao contrário, consoante estão aqui ou na Assembleia da República ou noutra Câmara qualquer.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então votar este ponto.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação é o seguinte:

Votos contra – 1

Abstenções - 11

Votos a favor - 43

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 55 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por maioria, aprovar as tarifas de Resíduos Sólidos e de Saneamento a praticar pelo município.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

A abstenção do grupo deve-se ao facto de acharmos que a actualização destes valores de uma só vez na actual conjuntura é pesar no bolso dos contribuintes.

De qualquer das maneiras também a proposta e aqui damos-lhe o mérito, deixa em aberto a questão da sustentabilidade do sistema. A própria proposta refere que a sustentabilidade do sistema não fica garantida e que se propõem ao longo do mandato ajustamentos anuais aos valores que são aqui propostos.

Futuramente se esses ajustamentos forem justos, votaremos a favor, se considerarmos que é apenas um agravamento nas contribuições dos munícipes, então votaremos contra.

PONTO 4.4 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO TUABIKE.

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 07 de Junho de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

1 – Aprovar a proposta de Alteração do Regulamento Tuabike;

2 – Submeter esta proposta à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.4, Senhores Deputados, inscrições. Todos têm conhecimento da proposta de alteração do Regulamento do Tuabike? Ninguém se inscreve? É pacífico?

Vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por unanimidade, aprovar a proposta de Alteração do Regulamento Tuabike.

PONTO 5 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

Presidente da Assembleia Municipal:

Alguém se pretende inscrever?

O Deputado Luís Sousa.

Deputado Municipal Luís Sousa CDS/PP):

Duas questões muito brevemente para encerrar.

Eu gostava de perguntar ao senhor Presidente como é que estão a decorrer as negociações ou os encontros que tem tido com a EDP relativamente à barragem do Tua e ao futuro, no que diz respeito a contrapartidas que estão previstas no Dia, nomeadamente a criação de uma agência de desenvolvimento regional que aliás foi proposta e defendida pelo CDS/PP desde o início e gostaria de saber qual é a posição do Sr. Presidente relativamente à criação desta agência.

Também gostaria de trazer aqui ao conhecimento da Sr.ª Vereadora da Cultura e que me desculpe pela intervenção anterior relativamente à agenda, mas acabei por ficar esclarecido de um assunto que se eternizava e que seria tão simples quanto anunciar as regras de selecção dos textos no próprio site e até aos membros da Assembleia para que assim ficássemos todos a saber como é que se procedia a essa selecção de textos.

Aquilo que lhe trago à sua atenção, foi uma carta que me foi dirigida por um meu caro colega e que também é embaixador do Paraguai em Portugal e que esteve recentemente aqui em Mirandela, quando foi da festa da semana da geografia e diz o seguinte:

"Exm.º Sr. Dr. Luís Sousa

Tenho o prazer de dirigir-me a V. Ex.ª e ocasião de remeter o catálogo de uma exposição de 6 jovens e consagrados fotógrafos paraguaios realizada em Novembro de 2009, em parceria com a Casa da América Latina em Lisboa, informamos que as fotografias se encontram disponíveis nesta embaixada para expor noutros pontos do país.

Neste momento gostaria de propor a V.Ex.ª a possibilidade de organizar essa mesma exposição com a parceria da Câmara Municipal de Mirandela no local e data da vossa conveniência.

Espero contar com a sua valiosa colaboração para a realização deste projecto, entretanto despeço-me com elevada estima e consideração."

É de facto uma exposição de bastante qualidade, custo zero, estou em crer até que alguns dos fotógrafos desta colecção vão estar em Portugal brevemente, portanto até poderia ser uma ocasião para ter um seminário conjuntamente com a exposição. Vou-lhe entregar directamente essa informação e estou certo que fará o melhor encaminhamento.

Presidente da Assembleia Municipal:

Eu pedia o favor às pessoas que estão neste espaço e que não pertencem à Assembleia que não ocupem os lugares destinados aos partidos municipais, por favor.

Deputado Municipal Fernando Alves (PSD):

Antes de mais bom dia senhor Presidente da Assembleia e respectiva mesa, senhor Presidente do Executivo e restante Executivo, caros deputados e deputadas, público, comunicação social.

O que me trouxe aqui hoje a dirigir-me a esta Assembleia, foi relativamente à Lei nº 08/2009 que prevê os Conselhos Municipais de Juventude, que os define como uma instância de coordenação e consulta, um órgão que deverá emitir pareceres obrigatórios de orientação municipal para a juventude e orçamento municipal para o sector, bem como regulamentos e posturas municipais sobre a área.

No entanto, relativamente a esta lei verificaram-se diversas dificuldades e obstáculos na sua implementação. A lei foi rejeitada pela Associação Municipal de Municípios que a considerou deficiente e que pediu a fiscalização da sua constitucionalidade.

Neste âmbito, a JSD apresentou uma proposta na Comissão de Ordenamento do Território e Poder Local na Assembleia da República da criação dum grupo de trabalho de fiscalização e revisão desta lei.

Prevê-se ouvir as entidades envolvidas, tais como a Associação Municipal de Municípios, o Conselho Nacional de Juventude, que estes também identificaram falhas graves que a lei apresenta e desta forma pretende-se corrigir a sua imperfeição

Obviamente que a JSD está solidária com o princípio da proposta apresentada pelo senhor Deputado Luís Sousa em nome da Juventude Popular. Nós acreditamos na importância de dar a voz aos jovens e apostar neste tipo de órgãos e formas de participação política e também na auscultação dos agentes sociais interessados em permitir e criar uma intervenção legislativa eficaz com apoio abrangente.

A promoção da participação cívica dos jovens deve ser um objectivo das democracias modernas. No entanto, o passado demonstra-nos que as plataformas criadas ao longo do tempo foram altamente criticadas e não conseguiram por uma única só vez alcançar os objectivos estabelecidos.

É por este motivo importante aguardar as propostas de alteração desta comissão e a consequente revisão legislativa visando a criação do melhor modelo possível, uma base de apoio legal e que recolha o reconhecimento das principais federações de associações juvenis e da Associação Nacional de Municípios que é fundamental, pois este órgão do qual falamos funcionará na dependência das Câmaras Municipais.

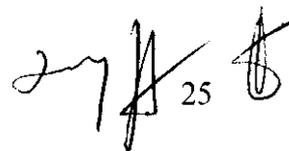
A atitude responsável e espírito crítico construtivo que sempre nos caracterizou, leva-nos a pedir que se aguarde pelo relatório desta comissão, deste grupo de trabalho constituído, sob pena de estarmos a apoiar a criação de órgão apoiado numa lei moribunda, que não cumprirá os seus objectivos, que pretende na sua génese promover e alicerçar.

No que diz respeito às normas de funcionamento apresentadas, devo dizer que elas não só poderão como deverão, em princípio, sofrer revisões estruturais profundas no seu formato e na sua organização que poderão criar um clima posterior contraproducente.

Neste âmbito, devo dirigir-me ao Presidente da Mesa para lhe dizer que estou na disponibilidade e na posse de documentos em formato digital relativamente a este tema, que posso endereçar à Mesa da Assembleia, para serem depois enviados aos deputados desta Assembleia, para com a maior base de informação pertinente poderem fazer a melhor avaliação possível.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



A minha primeira palavra é de saudação ao senhor Presidente da Câmara, porque numa das últimas assembleias nos disse aqui em relação a uma questão que eu coloquei, que era a estrada dos Avidagos, que até ao fim do ano o empreiteiro a teria pronta.

Ela de facto não está totalmente pronta mas convido-vos a passar lá porque já está quase pronta. Portanto, se por um lado nós questionamos aqui porque é que as coisas não se fazem e não se fazem nos tempos certos, também devemos vir aqui quando as coisas se fazem.

A palavra do senhor Presidente foi que estaria pronta até ao fim do ano e eu deixo aqui essa palavra de saudação pelo facto da estrada dos Avidagos nesta altura estar quase pronta.

A segunda questão que aqui me traz, que eu também colocava nos outros assuntos é outra vez a questão da banda larga.

Quero-vos dizer que há pouco me senti indignado e se me senti afectado na minha honra e só não o fiz porque sei que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não me iria dizer aquilo que tinha que dizer e defender a honra no tempo que tinha que o fazer, mas considero grave, muito grave, a insinuação feita pelo senhor Vereador António Branco, ao insinuar que eventualmente eu faria as intervenções nas duas assembleias, porque ele estava ausente.

Quero-lhe dizer, conhece-me há muitos anos e sempre tive por hábito olhar as pessoas nos olhos e sempre tive por hábito dizer aquilo que tenho a dizer, ainda que me prejudique e defender intransigentemente aquilo que eu ache que é justo e que é correcto.

Portanto, esta questão que fique clara. Não estava, não fui eu que me ausentei, eu estive aqui, achava que o assunto deveria ser tratado nos outros assuntos para o interesse do concelho de Mirandela, assim o fiz, se não estava...olhe, paciência, mas não é mais do que um acaso e tanto assim é prova provada de que eu venho a colocar sistematicamente esta questão.

A outra nota que eu quero deixar é à grande confusão que vai daquele lado, quando coloca questões de ilegalidade nisto. O Sr. Vereador, então diga-me lá? Quando o Presidente da Câmara de Vila do Conde faz o que faz para instalação de empresas em Vila do Conde, isso é ilegal? O Sr. Vereador, quando o Presidente da Câmara do Cartaxo faz o que faz para ter uma nova empresa, é ilegal? O Sr. Vereador, quando o Sr. Presidente da Câmara de Oeiras investiu o que investiu no Tagus Parque para potenciar as empresas, isso é ilegal? Isto é uma confusão terrível e é a isto que eu me refiro.

Quando assistimos nos telejornais, os Presidentes das Câmaras defenderem junto de ministérios, do que quer que seja, posições relativas às actividades empresariais do seu concelho e à necessidade de fixar empresas e empresários nos seus concelhos, isso é ilegal?

O Sr. Vereador quando lhe falo em PT, bloqueia e vê as coisas só no espectro político-partidário?

O que eu lhe falo nem é nessa área. Aliás, eu quero-lhe dizer que eu revejo-me na área do liberalismo, revejo-me na área da social-democracia e aquele que mais corresponde é o Partido Socialista e estou aqui como independente, quero mais uma vez dizer isso, tire esses fantasmas daí.

E para que se perceba a confusão que por aí vai, a questão comezinha é esta:

O senhor Vereador diz assim: pronto, então peça ao resto dos operadores que lhe ponham lá 100 megas mas o problema é que não há infraestrutura, não há fibra óptica, é essa a questão e os outros operadores que disponibilizam aqui têm que a contratualizar com a PT, a PT não é nenhum fantasma, não estamos aqui a falar disso, estamos aqui a falar de necessidades reais, de necessidades do dia a dia, de necessidades de as pessoas trabalharem e a questão que se coloca é só esta, dizer: vemos com interesse que haja, que prolonguem e a PT faz isso, é esta ajuda se quiser. Quando não se consegue ver esta pequena questão, quando se fazem as confusões que o Sr. fez, eu quase diria ao Sr. Presidente da Câmara parafraseando outra vez o Sr. Presidente da República "com ajudantes destes não está lá muito bem".

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra à senhora deputada Fernanda Cerqueira, um esclarecimento à Câmara, aos senhores Deputados e à Mesa.

A Mesa não teve qualquer dúvida nem tibieza no modo de orientação dos trabalhos, bastou-lhe cumprir o Regimento. Daí que a nossa recomendação (por sinal gestual) para passar a eventual, num critério subjectivo de necessidade de réplica e tréplica em que estamos envolvidos, passar para este parágrafo, para este ponto de outros interesses do município.

Estivemos bem e gostaríamos também de ter ouvido uma palavra nessa matéria, mas julgo que as coisas são assim exactamente.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

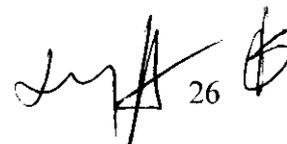
Muito bom dia a todos, senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhores Secretários da Mesa, Exm.º senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores membros da Assembleia, público em geral, comunicação social.

A minha intervenção é mais uma reflexão.

O ano lectivo terminou e este foi um ano rico em controvérsias e polémicas em que são intituladas ao Município de Mirandela, Mirandela se esquece um bocado quais foram as escolas, fala-se em Mirandela. Foi em Mirandela que tudo aconteceu.

A educação diz respeito a todos e falo em professores desmotivados, falo em alunos que não precisam de se esforçar para passar de ano, falo em problemas que nós temos que pensar quem são os responsáveis.

Quando se falava há bocado "2 lebres, 2 cães, 1 professor", não temos só um aluno para educar. A quem é que cabe essa responsabilidade? Apostamos muito na correcção e na prevenção. Será que agora não é a altura exacta para reflectirmos e para pensarmos cada vez mais, é altura de prevenirmos muito mais as coisas e não pensarmos só na correcção, porque há coisas para as quais não há correcção.



O senhor Presidente fala várias vezes em acordos que não se cumprem. Com a escola também há vários protocolos, a Assembleia, a Câmara, todos têm assembleias, porque é que não se cumprem? De quem é essa responsabilidade? Será que não há maneira de se fazerem cumprir? Temos agora a criação da escola de pais, muito bem, concordo.

Educação é extrair de dentro o que se tem, dizia-se aqui muito bem, mas se nada temos o que podemos extrair? Era esta a minha intervenção. Muito obrigado.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Dirijo-me ao senhor Presidente desta Assembleia, colocando aqui esta preocupação que é minha e penso que será de todos nós e este alerta que deixo aqui ficar tem a ver com a segurança na cidade, que todos nós sabemos quem é que protela essa segurança, é a PSP.

Para mim é preocupante, porque recentemente fiz uma queixa, - houve uma ocorrência – chamei a autoridade e os dois agentes da autoridade transmitiram-me que é complicadíssimo neste momento para Mirandela fazer a cobertura da segurança que a cidade precisa porque no período nocturno apenas dispõe de dois elementos para fazer a cobertura da cidade. Também me disseram que quando tivermos concluída a futura auto-estrada ainda virá o pior. Nós temos um quartel que está em bom andamento, uma boa infra-estrutura e coloco aqui esta preocupação, o que é que vamos fazer, é uma réplica que fica para todos nós e para quem de direito pode tratar este assunto.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor Deputado, registamos a sua preocupação, iremos transmiti-la ao Executivo e se tivermos outras vias para tentar resolver, com certeza que teremos o maior prazer em agir.

A palavra ao senhor Presidente.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente.

Muito rapidamente, vou responder à questão do Luís Sousa que já me foi feita há bocado e eu esqueci-me, é a questão da EDP: negociações e princípio geral.

A EDP reuniu com todos os Presidentes de Câmara, individual e colectivamente para tentar perceber o que é que eles pensavam da construção da barragem e das contrapartidas que eventualmente cada um lhes fizesse chegar.

O princípio geral do Presidente da Câmara de Mirandela é este desde o início: até o Governo assumir a responsabilidade de encerrar ou não a linha, o Presidente da Câmara de Mirandela não discute propostas concretas com a EDP. Já falou com a EDP várias vezes e o princípio é este. O ponto que a EDP me disse para transmitir é até 20 de Julho. O Governo tem que tomar uma decisão definitiva sobre a construção da barragem e se for sobre a construção da barragem, evidente que é não à Linha do Tua, uma coisa implica a outra, porque a Linha do Tua sem aquele troço não consegue funcionar com o objectivo pretendido, pode funcionar depois pela EDP como percurso turístico e em associação com as Câmaras, essa é outra questão completamente diferente.

Depois deste princípio puxado, a EDP o que apresentou foi constituir uma agência de desenvolvimento regional, só que diz que para essa agência de desenvolvimento regional quem tem que participar é o Governo, que já recebeu 100 milhões de euros da EDP pela concessão do direito à água da barragem, à construção da barragem. Portanto, o Governo é que tem que financiar esta agência de desenvolvimento regional que terá uma estrutura profissionalizada, onde a EDP será maioritária, e depois terá participação de Câmaras e de outras Associações do Vale do Tua, para esta situação.

E em complemento disto, atribuir os 2,5% que a lei já estabelece na comparticipação da renda da produção da barragem, ao conjunto dos municípios envolvidos. Esta é a proposta da EDP.

A proposta do Presidente da Câmara de Mirandela, se encerrar a linha, também vo-lo digo com toda a clareza, que já o disse publicamente, ela para mim é superior ao valor da construção da barragem. Portanto, não deve encerrar. É uma posição própria que eu assumo politicamente.

Se fechar, a EDP tem que participar com 5 milhões de Euros anuais na Agência de Desenvolvimento Regional porque é isto que deve à região pelos megawatts que lá produz. Se pagasse os 3% que pagam as outras empresas de eólicas ou de hídricas, as possibilidades financeiras seriam outras. Por outro lado, têm que fazer um programa turístico de desenvolvimento regional que já têm em vista e em estudo, entregue a uma empresa geográfica de Lisboa cujo gabinete é do Professor Gaspar, onde localizaram um conjunto de equipamentos turísticos e culturais na região do Vale do Tua, portanto esta é uma contrapartida.

Ficando depois uma sociedade que a EDP tenha que financiar, sem custos para os municípios, para explorar a linha desde a estação da Brunheda onde termina a água da barragem até Mirandela e depois se tiver ligação ou não para os outros concelhos, o investimento depende da EDP, em que a EDP, a CP e a REFER façam um protocolo para a exploração turística desse espaço de linha. Não é com o Metro de Mirandela, que a câmara não paga esse funcionamento, tem que ser com a EDP que é a principal beneficiária do investimento que fizer na barragem se ela se construir.

Esta é a questão em termos gerais e decorre que não há respostas até à decisão final do Governo. Sei que até 21 de Julho é a decisão final do Governo, a partir daí continuaremos as negociações e ver-se-á o que é que dá.

Em relação ao Eng.º Baltazar, o Eng.º Branco vai-lhe responder, porque foi uma questão colocada que ele respondeu e que lhe vai dar resposta.

Também não estava à espera que elogiasse nenhum dos meus vereadores, isso é que era estranho fazer.

Quanto às intervenções da Fernanda e do Carlos Fraga, são opiniões que coincidem na segurança da cidade com a minha. Eu dou-lhe o exemplo: a Esquadra de Mirandela tem capacidade para 70 elementos mas só tem uns 40. Espero que o Governo, e a PSP também espera, que ao inaugurar a Esquadra, pelo menos crie uma Divisão para poder estar um Comissário lá e isso tem que ter no mínimo 55 pessoas. Mais 15 já era um aumento que a curto prazo se

podia prever. É evidente que isto não está nas nossas mãos, podemos reivindicá-lo e acho que o devemos reivindicar na altura da esquadra ao Sr. Ministro e noutras alturas, mas neste momento de facto, isso é uma preocupação que existe em toda a cidade e em todo o concelho, mesmo com a GNR.

Em relação à deputada Fernanda, eu das polémicas não percebi muito bem onde queria chegar, mas quero dizer-lhe que a reflexão é boa, mas também lhe digo outra coisa. Havia um ex-Presidente da Câmara que me ensinou que normalmente numa terra às vezes vale mais falar mal do que não falar.

Vice-Presidente da Câmara Municipal:

De forma alguma gostaria de prolongar este assunto, até porque já percebi que ele tem mais de pessoal do que propriamente de investimento...ó Sr. Eng.º, eu não o interrompi, valha-me Deus, nota-se pela sua crispação!

Mas o que eu queria chamar a atenção era o seguinte:

Primeiro, eu não insinuei que o senhor falou quando eu não estava cá, eu constatei. Das duas vezes em que falou utilizando o meu nome e repito "utilizando o meu nome" e não utilizando a Câmara. É que eu aqui represento a Câmara e nesse aspecto a Câmara está representada primeiro pelo senhor Presidente e quando ele achar necessário, faz uso daquilo que possam ser as minhas parcas ou longas competências. O senhor não utilizou o meu nome por duas vezes na minha ausência. O estar ou não estar na Mesa é uma probabilidade da minha vida, posso ter saído ou posso ter entrado, agora, utilizou por duas vezes, na minha ausência o meu nome nesta Assembleia.

Eu constatei que o fez por duas vezes e desta vez tinha mesmo comentado que ficaria aqui nem que fosse até às sete da noite à espera que a Assembleia acabasse, se o assunto fosse trazido. Portanto, eu não insinuei, constatei.

Segundo, eu não percebi essa questão da ilegalidade, se calhar pronunciei-me mal.

O que eu disse foi:

"Há duas dimensões na utilização desta banda larga: a dimensão pública, que nos compete a nós Municípios e Associações e a dimensão privada.

Isto é: na dimensão pública nós podemos ser proprietários da infraestrutura a vários níveis mas nunca podemos fazer fornecimento de serviços...Sr. Eng.º estou a esclarecê-lo, se me permite.

A segunda é a dimensão privada. Só operadores de comunicações devidamente legalizados – não entendo essa questão da ilegalidade – é que podem fornecer o serviço de comunicações. Ponto dois, estamos claros nesse aspecto? Ainda não? Vou explicar outra vez, as Câmaras Municipais não podem fornecer serviços. Quando a Onway vem pedir à Câmara Municipal para fazer a ligação do Hospital em fibra óptica, a Câmara Municipal cede condutas, permite a utilização do espaço público e dá apoio técnico.

Quando a Zon Tv Cabo vem pedir autorização para instalar as suas redes em Mirandela, a Câmara Municipal cede 4 kms. de condutas para instalação de fibra óptica à Zon Tv Cabo e quando a PT vem pedir por exemplo para ligar a Escola Secundária de Mirandela e a Escola Luciano Cordeiro em fibra óptica, a Câmara Municipal cede as condutas, cede tudo.

Ninguém compreende a sua questão, foi por esse facto que eu lhe sugeri que faça o pedido às operadoras...faça o pedido formal. Qualquer operadora recebe o pedido e depois em função da resposta desse pedido é que nós podemos debater este assunto.

PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Está algum Sr. Município que queira usar da palavra? Não registamos.

Então sendo assim, vamos terminar. Está encerrada esta sessão e boa sorte para Portugal.

Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma.

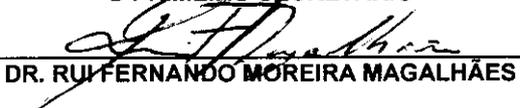
E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

Mirandela, 25 de Junho de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

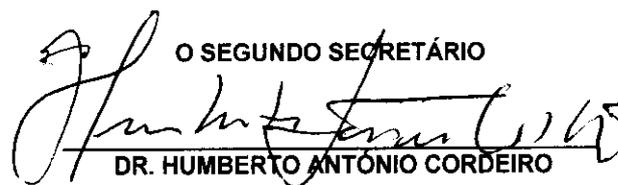

DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO


DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

(Acta n.º 04/2010, de 25 de Junho de 2010)

-28-


O SEGUNDO SECRETÁRIO
DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO